

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E
EDUCAÇÃO

ELIZABETE MARIA DOS SANTOS

**REFLEXÕES SOBRE O ENSINO REMOTO PARA ESTUDANTES COM
DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19**

UBERLÂNDIA

2024

ELIZABETE MARIA DOS SANTOS

**REFLEXÕES SOBRE O ENSINO REMOTO PARA ESTUDANTES COM
DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGCE/FACED/UFU), como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Mídias, Educação e Comunicação

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Valéria Peres Asnis

UBERLÂNDIA

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S237 2024	<p>Santos, Elizabete Maria dos, 1993- REFLEXÕES SOBRE O ENSINO REMOTO PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA DURANTE A PANDEMIA DE COVID 19 [recurso eletrônico] / Elizabete Maria dos Santos. - 2024.</p> <p>Orientador: Valéria Peres Asnis. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.246 Inclui bibliografia.</p> <p>1. Educação. I. Asnis, Valéria Peres, 1969-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 37</p>
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Tecnologias, Comunicação e Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Profissional, número 05/2024/170, PPGCE				
Data:	Cinco de abril de dois mil e vinte e quatro	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:10
Matrícula do Discente:	12212TCE002				
Nome do Discente:	Elizabeth Maria dos Santos				
Título do Trabalho:	Estratégias utilizadas por docentes do ensino superior para estudantes com deficiência durante o período de aulas remotas				
Área de concentração:	Tecnologias, Comunicação e Educação				
Linha de pesquisa:	Mídia, Educação e Comunicação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Educação, Tecnologia e Comunicação: articulações entre saberes e estudo do impacto das estratégias pedagógicas e midiáticas utilizadas pela UFU durante o período de aulas remotas				

Reuniu-se por webconferência link: https://conferenciaweb.rnp.br/conference/rooms/valeria-peres-asnis/invite_userid, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Comunicação e Educação, assim composta: Professores Doutores: Cairo Mohamad Ibrahim Katrib - UFU; Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz - UNICID; Valéria Peres Asnis - UFU, orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Valéria Peres Asnis, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu a discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A banca sugeriu mudança no título da dissertação para adequação as discussões, análises realizadas e outras orientações/sugestões apresentadas.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Valéria Peres Asnis, Professor(a) do Magistério Superior**, em 05/04/2024, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cairo Mohamad Ibrahim Katrib, Professor(a) do Magistério Superior**, em 05/04/2024, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz, Usuário Externo**, em 16/04/2024, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5244949** e o código CRC **88585E9B**.

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática”

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Agradeço de coração a Deus, pois nele encontro a força e o cuidado infinito que me impulsionam em cada realização.

À minha mãe, meu primeiro exemplo de determinação e força, agradeço por seu apoio incansável em cada detalhe, dos mais simples aos mais complexos. Ao meu pai, cuja serenidade inabalável me sustentou nos momentos em que eu mesma duvidava de minha capacidade de superação, meu sincero agradecimento.

À minha filha, companheira constante ao meu lado, enfrentando com coragem e determinação os desafios das aulas remotas e presenciais, durante todo o percurso do mestrado, meu amor e gratidão eternos.

Expresso minha profunda gratidão a Sônia Dantas, cujo apoio foi crucial para minha decisão de trilhar o caminho acadêmico do mestrado. Embora nossas conversas fossem breves, dentro do ambiente escolar na maioria das vezes, nos intervalos entre um horário e outro, foram sempre orientadoras, direcionando-me com precisão nessa jornada acadêmica.

Aos amigos e familiares, cujo apoio foi inestimável, expresso minha profunda gratidão. Cada gesto de incentivo e solidariedade contribuiu para a conclusão deste ciclo maravilhoso.

Agradeço profundamente à Universidade Federal de Uberlândia pela extraordinária oportunidade de cursar o mestrado nesta instituição de renome e respeito, reconhecida por sua competência e dedicação exemplares.

De maneira especial, agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Valéria Peres Asnis, por sua disponibilidade em ouvir e orientar, tanto nos assuntos internos do mestrado quanto nas questões externas à universidade. Sua crença em meu potencial, mesmo diante dos desafios de conciliar maternidade, trabalho e estudos, foram fundamentais para a minha trajetória.

Aos colegas de turma, em particular à minha amiga Raffaella Mendonça, com quem compartilhei alegrias e angústias, meu sincero agradecimento. A jornada foi mais leve e significativa ao lado de vocês.

Por fim, parabênzo e agradeço aos professores e à coordenação do PPGCE por todos os ensinamentos e apoio oferecidos ao longo do mestrado. Cada contribuição foi fundamental para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

SANTOS, Elizabete Maria dos. **REFLEXÕES SOBRE O ENSINO REMOTO PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGCE/FACED/UFU), Uberlândia, 2024.

RESUMO

Nos últimos anos, de acordo com dados do MEC/Inep - Censo da Educação Superior, o Brasil tem observado um aumento significativo nas matrículas de estudantes com deficiência em cursos de graduação. Isso reflete uma maior conscientização e compromisso das Instituições de Ensino Superior (IES), políticas educacionais e da sociedade civil em promover inclusão e equidade na educação. No entanto, apenas aumentar as matrículas não é suficiente; é crucial garantir a qualidade do ensino e a inclusão efetiva desses estudantes. Este trabalho faz parte de um projeto maior intitulado “Educação, Tecnologia e Comunicação: articulações entre saberes e estudo do impacto das estratégias pedagógicas e midiáticas utilizadas pela UFU durante o período de aulas remotas”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). O objetivo é refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes Público da Educação Especial (PEE) durante o período de aulas remotas na UFU devido à pandemia de covid-19. A pesquisa analisou produções científicas, identificou disciplinas na área das Ciências Biológicas que obtiveram 100% de aproveitamento por parte dos estudantes, incluindo aqueles com deficiência, aplicou questionários a docentes e analisou as estratégias pedagógicas e midiáticas usadas por tais docentes. Entre os 217 questionários enviados, apenas nove foram respondidos, o que nos apontou um envolvimento limitado dos docentes, resultando em um fornecimento de informações aquém do desejado. O levantamento junto à Divisão de Capacitação de Pessoal (DICAP) mostrou que houve apenas uma capacitação de 30 horas sobre inclusão de pessoas com deficiência (PCD) no ambiente acadêmico. Concluimos, dessa forma, que oferecer um ambiente verdadeiramente inclusivo vai além do cumprimento da legislação de cotas; é necessário fornecer o suporte adequado para que estudantes com deficiência ingressem e permaneçam na universidade, recebendo uma educação de qualidade e sentindo-se genuinamente acolhidos e apoiados em sua jornada educacional.

Palavras-chave: ensino remoto; ensino superior; estudantes com deficiência; estratégias pedagógicas.

SANTOS, Elizabete Maria dos. **REFLECTIONS ON REMOTE TEACHING FOR STUDENTS WITH DISABILITIES AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF UBERLÂNDIA DURING THE COVID-19 PANDEMIC.** Dissertation presented to the Graduate Program in Technologies, Communication, and Education at the Federal University of Uberlândia (PPGCE/FACED/UFU), Uberlândia, 2024.

ABSTRACT

In recent years, according to data from MEC/Inep - Higher Education Census, Brazil has observed a significant increase in the enrollment of students with disabilities in undergraduate courses. This reflects greater awareness and commitment from higher education institutions, educational policies, and civil society in promoting inclusion and equity in education. However, merely increasing enrollments is not sufficient; it is crucial to ensure the quality of teaching and the effective inclusion of these students. This work is part of a larger project entitled "Education, Technology, and Communication: articulations between knowledge and the study of the impact of pedagogical and media strategies used by UFU during the period of remote classes," funded by FAPEMIG. The objective is to reflect on the teaching and learning process of students within Special Education during the period of remote classes at UFU due to the covid-19 pandemic. The research analyzed scientific productions, identified disciplines in the Biological Sciences that achieved 100% student performance, including those with disabilities, applied questionnaires to professors, and analyzed the pedagogical and media strategies used by these professors. Among the 217 questionnaires sent, only nine were answered, indicating limited involvement from the professors, which resulted in a less than desirable provision of information. The survey by the Division of Personnel Training (DICAP) showed that there was only one 30-hour training on the inclusion of people with disabilities in the academic environment. We conclude that offering a truly inclusive environment goes beyond complying with quota legislation; it is necessary to provide adequate support so that students with disabilities can enter and remain at the university, receiving quality education and feeling genuinely welcomed and supported in their educational journey.

Keywords: remote teaching; higher education; students with disabilities; pedagogical strategies.

LISTA DE SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ASB - Auxiliar de Educação Básica
CADEME - Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais
CENESP - Centro Nacional de Educação Especial
CORDE - Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
DICAP - Divisão de Capacitação de Pessoal
EAD - Educação a distância
FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
IBC - Instituto Benjamin Constant
IES - Instituição de Ensino Superior
INES - Instituto Nacional da Educação dos Surdos
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBI - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LNDP - Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento de Pessoas
MEC - Ministério da Educação
ONU - Organização das Nações Unidas
PCD - Pessoa Com Deficiência
PEE - Público da Educação Especial
PPGCE - Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Comunicação e Educação
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
UFU - Universidade Federal de Uberlândia

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Proporção de vagas na modalidade EAD (2022).....	44
Gráfico 2 - Número de ingressantes em cursos de graduação, por modalidade de ensino e por tipo de vaga, segundo a categoria administrativa – Brasil (2022).....	45
Gráfico 3 - Número de concluintes em cursos de graduação Brasil (2012-2022).....	46
Gráfico 4 - Números de matrículas de acordo com a deficiência em 2022.....	50
Gráfico 5 - Dados relativos ao tempo de experiência em docência no Ensino Superior.....	53
Gráfico 6 - Dados sobre o conhecimento dos docentes acerca da Educação Especial.....	53
Gráfico 7 - Interesse em aprofundar o conhecimento sobre a educação de estudantes com deficiência.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de instituições de educação superior e matrículas de graduação, segundo a organização acadêmica (2022)	43
Tabela 2 - Número de matrículas, em cursos de graduação do Brasil, de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (2012-2022).....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Adequações pedagógicas e avaliativas, recursos tecnológicos e outros no processo de ensino e aprendizagem utilizados	57
Quadro 2 - Maior dificuldade, como docente, no processo de ensino e aprendizagem do estudante com deficiência.....	58
Quadro 3 - Identificação de dificuldade enfrentada pelo estudante neste período de aulas remotas	59
Quadro 4 - Aproveitamento em relação ao processo de ensino e aprendizagem, envolvimento e dedicação em sua disciplina.....	60
Quadro 5 - Disponibilização da UFU de recurso de acessibilidade para auxiliá-lo(a) no processo de ensino e aprendizagem de seu estudante com deficiência	61
Quadro 6 - Sugestões e/ou críticas acerca da acessibilidade, no processo do ensino e aprendizagem, para estudantes com deficiência da Universidade Federal de Uberlândia	62

SUMÁRIO

MEMORIAL.....	13
INTRODUÇÃO	19
1 O PERCURSO METODOLÓGICO	21
1.1 Participantes da pesquisa	22
1.2 Coleta de dados.....	22
1.3 Tratamento e análise dos dados	24
1.4 Universidade Federal de Uberlândia e as cotas	24
2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: CAMINHOS E PERCURSOS RUMO AO ENSINO SUPERIOR	28
2.1 A Exclusão.....	28
2.2 A Segregação social e escolar	30
2.3 A Integração	32
2.3 A Inclusão.....	37
2.4.1 Algumas ações em prol da Inclusão Educacional	41
3 EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES E PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: A ACESSIBILIDADE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	43
4 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E MIDIÁTICAS UTILIZADAS POR DOCENTES DA UFU PARA SEUS ESTUDANTES PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DURANTE O PERÍODO DE AULAS REMOTAS: O QUE DIZEM OS DADOS	52
4.1 Identificação dos sujeitos envolvidos na pesquisa	Erro! Indicador não definido.
5 PARA NÃO CONCLUIR... ..	63
REFERÊNCIAS	67
ANEXO A - Relação de cursos ofertados pela DICAP de 2020 até 2023	74
APÊNDICE A - Questionário de pesquisa	87

MEMORIAL

Meu nome é Elizabete Maria dos Santos, sou pedagoga e especialista em gestão escolar, formada na rede particular de ensino, filha mais nova de Antonio dos Santos e Valéria Lúcia, ambos trabalhadores desde muito jovens, e mãe de uma menina de três anos, chamada Geovana Emanuele, ao qual sou responsável por tudo o que a envolve desde o nascimento. Quando eu ainda era uma criança, vendo minha mãe sair para trabalhar tive a certeza de qual caminho tomar. Assim como a minha avó Ilda Maria, minha mãe seguiu o caminho na rede estadual de educação, não como professoras, porém com a mesma importância dentro do ambiente escolar devido a garantirem algo de direito aos alunos diariamente; hoje, no estado de Minas Gerais, o cargo é nomeado como ASB – Auxiliar de Educação Básica –, as famosas “tias da cantina/limpeza”.

Convivi dentro do ambiente escolar inicialmente apenas aos sábados letivos e escolares, quando minha mãe precisava me levar junto com ela para o trabalho. Percebi um amor pela área ainda criança: não compreendia muito bem o ambiente, mas já me sentia pertencente. Em 2023 completei 11 anos atuando diretamente pela educação na cidade de Uberlândia. Tive a oportunidade de estar em todas as etapas da educação básica e hoje, como estudante do Mestrado, ser uma pesquisadora no ensino superior me faz muito realizada. A seguir trago um pouco do meu caminho pessoal, acadêmico e profissional percorrido até aqui.

Iniciei minha vida profissional na educação em 2012, quando tive a oportunidade, ainda no primeiro ano de faculdade em Pedagogia, de ingressar em uma vaga de estágio no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Desenvolvia minhas atividades junto a supervisora pedagógica, que muito me ensinou sobre educação profissional. Além disso, tive o privilégio de conhecer muitos cursos e auxiliar na manutenção e efetivação deles, durante o tempo que ali fiquei. Depois de oito meses estagiando, prestei um processo seletivo e consegui uma vaga de auxiliar administrativo, passando então a de fato ficar de frente a todas as possibilidades que os cursos profissionalizantes poderiam me oferecer, desde matrículas até emissão de certificados de conclusão; atuei até 2014 nesta função e espaço.

No cotidiano sempre vi pessoas com deficiências, porém ainda na faculdade e também na primeira vaga de estágio já na área da educação pude conviver com duas pessoas com deficiência física. Mesmo essas pessoas sendo respeitadas no ambiente em que viviam, devido à falta de conhecimento percebia o quanto a presença delas causavam “temor”, por serem tidos como diferentes.

Em 2015 finalizei meu curso de graduação e fui em busca de uma nova oportunidade; após dois meses de tentativas, consegui uma vaga designada, por meio de contrato, na rede estadual de ensino para atuar na secretaria escolar. Ali comecei a compreender na prática o processo de escolarização dentro de um instituição pública estadual. Tive inúmeras vivências dentro da escola, e novamente a oportunidade junto aos alunos com deficiência e transtorno do espectro autista, fato que me deixou curiosa e com vontade de me aprofundar nos estudos, mas ainda não era o real momento.

No ano seguinte, em 2016, fui convocada em um dos processos seletivos municipais para o cargo de educador infantil. Mais uma vez, tive a oportunidade de interagir com alunos com deficiência. No entanto, ainda não era o momento ideal para uma participação efetiva, pois a sala em que eu atuava tinha uma aluna que frequentava apenas no turno da tarde devido às terapias que realizava. Além disso, sua presença na escola não era regular devido à agenda de atividades externas ao contexto escolar. Meu contato com a turma encerrava-se diariamente às 14 horas, de forma que isso criava uma distância em relação à realidade da criança e limitava minha oportunidade de aprendizado prático.

Em 2017, decidi investir em minha formação ao perceber uma excelente oportunidade de aprimorar meus conhecimentos. Optei por cursar uma especialização em Gestão Escolar, com foco em supervisão, orientação, inspeção e direção escolar. Acreditava que esse caminho ampliaria significativamente minha capacidade de interagir com alunos com deficiência no ambiente escolar, proporcionando-me a oportunidade de estabelecer um contato direto com suas rotinas e desenvolvimento.

No mesmo ano, aproveitei a realização do processo seletivo municipal para me candidatar ao cargo de orientadora escolar. Dois anos mais tarde, a nomenclatura desse cargo foi alterada para analista pedagógico. Essa mudança reflete não apenas a evolução da minha carreira, mas também a constante adaptação e aprimoramento das práticas educacionais.

Em 2019, conquistei uma vaga, por meio de designação, no estado como professora regente de uma turma do 5º ano do ensino fundamental. Nesse mesmo período, a prefeitura me convidou para assumir o cargo de orientadora escolar, convite que prontamente aceitei. Assumi a função em uma escola com um número significativo de alunos que recebiam Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Foi nesse contexto que minha compreensão prática sobre as necessidades dos alunos e dos profissionais começou a se desenvolver, gerando inquietações. Especialmente os alunos com autismo, em suas diversas manifestações e nas características únicas que apresentavam,

chamaram minha atenção. Percebi a complexidade das situações e as variadas estereotípias que as crianças podiam demonstrar. Esse cenário despertou em mim a necessidade de aprofundar meus estudos sobre o autismo.

Ao final do mesmo ano, descobri que estava grávida, coincidindo com a realização de um concurso municipal em Uberlândia. Naquele momento, meu interesse estava em compreender mais profundamente, na prática, o cotidiano dessas crianças, entendendo melhor o processo de aprendizagem delas. Decidi, então, participar do concurso para o cargo de profissional de apoio escolar, cujo trabalho envolve uma interação diária e direta com estudantes da educação especial no ensino fundamental.

Felizmente, fui aprovada no concurso. No entanto, a posse não ocorreu de imediato. No ano seguinte, a pandemia global de covid-19 surgiu, forçando o fechamento de escolas e interrompendo vários planos pessoais. Somente meses depois algumas dessas aspirações puderam ser retomadas.

Em 2020, mantive meu vínculo profissional com as duas escolas em que trabalhava devido à gestação. Tornei-me mãe em meio a uma intensa pandemia global, marcada pelo medo generalizado devido à crescente taxa de mortalidade do vírus. Durante esse período desafiador, desempenhei minhas funções remotamente como analista pedagógica pela manhã. À tarde, atuei como professora de uma turma de 3º ano do ensino fundamental na rede estadual de ensino até julho de 2020, quando me afastei para dar à luz minha filha.

O contexto da pandemia tornou o sonho de continuar os estudos não impossível, mas certamente mais complexo, considerando as demandas pessoais, profissionais e o novo papel que assumi com o título de mãe. Permaneci em licença maternidade até dezembro do mesmo ano, enfrentando os desafios e as alegrias que a maternidade trouxe, enquanto tentava conciliar as diversas esferas da minha vida.

Em 2021, quando as coisas começaram a voltar ao normal do meu ponto de vista, ao final da minha licença maternidade, recebi a convocação para tomar posse no cargo efetivo. Impulsionada pelo desejo de adquirir mais conhecimento, percebi uma oportunidade de aprimorar meus estudos na prática, explorando a área e o tema sendo que, em 2019, haviam sido temporariamente interrompidos meus sonhos e planos.

Iniciei o exercício no novo cargo em julho de 2021 e, ao longo do segundo semestre do mesmo ano, dediquei-me ao processo seletivo para uma vaga no mestrado. Essa jornada representou uma retomada de objetivos interrompidos, refletindo meu comprometimento contínuo com o aprendizado e o crescimento profissional.

Em 2022, deparei-me com um sonho, um desafio e uma oportunidade única: a chance de ingressar no mestrado pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Comunicação e Educação (PPGCE). Enquanto agradecia profundamente pela oportunidade, não pude ignorar os receios e as barreiras associadas ao meu histórico acadêmico, às oportunidades previamente aproveitadas e ao fato de não ser mais uma jovem de vinte e poucos anos, sem responsabilidades adicionais.

Contudo, decidi enfrentar esse desafio de cabeça erguida. Agradei, respirei fundo e me lancei de cabeça nos estudos, buscando alcançar meu máximo potencial. Em minha jornada constante de compreensão do universo da pesquisa, das deficiências e do ensino superior, avancei pelas etapas conforme elas se apresentavam. Essa experiência representou não apenas um compromisso com o meu desenvolvimento acadêmico, mas também um mergulho na busca incessante pelo conhecimento.

No primeiro semestre de 2022, matriculei-me em duas disciplinas no mestrado: uma obrigatória, "Procedimentos Metodológicos de Pesquisa e Desenvolvimento", e outra optativa, "Tópicos Especiais em Comunicação e Tecnologias". Ambas foram extremamente absorventes e proveitosas, especialmente porque não contava com experiência prévia em iniciação científica em meu currículo acadêmico.

Na primeira disciplina citada, obtive clareza sobre o que precisava buscar para construir minha dissertação e pavimentar meu caminho; minhas dúvidas acerca de cada detalhe que envolve as metodologias eram elucidadas, ampliando minha compreensão sobre as normas e requisitos essenciais para a construção de um trabalho com excelência.

A abordagem da professora e a experiência compartilhada fizeram com que cada aula se tornasse mais significativa e descomplicada. A forma como as temáticas foram apresentadas contribuiu com grandeza para o meu entendimento, tornando a aprendizagem uma experiência acessível e envolvente.

Já em "Tópicos Especiais em Comunicação e Tecnologias", foi possível compreender melhor sobre as facetas do universo de um mestre, com leituras acadêmicas, vocabulário selecionado e conceitos mais abrangentes. Em alguns momentos busquei conceitos fechados, porém a disciplina nos mostrou que nem sempre conseguimos contextualizar em poucas linhas sobre um fato ou tema estudado, pois o conhecimento vai além de limitar a informação. Também foi possível perceber a necessidade de, a cada dia, acompanhar as aulas com muita atenção, assim como a primeira disciplina, para não perder a sequência didática. Além disso, a

abordagem do conteúdo pelo professor foi bem clara, fato que permitiu uma fácil compreensão do que foi apresentado.

No segundo semestre de 2022 cursei mais duas disciplinas, uma obrigatória (“Fundamentos Epistemológicos Interdisciplinares: Informação e sociedade”) e a outra optativa (“Tópicos Especiais em Educação e Tecnologias”). Na primeira foram estudados fundamentos e teoria do surgimento da natureza e do conhecimento, perpassando pelo grau da certeza do conhecimento nas mais diferentes áreas e relacionando-as com a metafísica, a lógica e a filosofia da ciência. Uma disciplina que possibilitou compreender com mais clareza qual caminho devo percorrer para desenvolver a minha escrita acadêmica, quais elementos devo pesquisar e como os descrever, sendo todo o semestre pautado em filósofos.

Porém, mesmo entregando presença dentro do estabelecido por lei, participação dentro do possível para uma avaliação, todos os trabalhos propostos na ementa do curso e apresentações de seminário com notas acima da média, o professor, em sua avaliação, trouxe uma reprovação no dia 30 de dezembro de 2022. Era o último dia do semestre de acordo com o calendário acadêmico e faltava apenas um dia para a virada do ano, sem que nenhum indício desta reprovação tenha sido relatado ou suscetível de clareza anteriormente à data, fato que me levou a, no próximo ano e semestre, repetir a disciplina.

Já na disciplina optativa, ainda em 2022, foram estudadas as diferenças, sejam de cor, raça ou gênero, por uma perspectiva das imagens, assim como a intencionalidade que existe nos registros feitos e divulgados. Estudamos muito sobre as deficiências, o quanto o termo “ser diferente” é relativo e que mesmo uma pessoa típica pode ser considerada fora do padrão; refletimos que o que vale no final é o respeito que demonstramos à pessoa e à questão. Também compreendemos um pouco mais sobre o universo e as possibilidades no contexto da deficiência com ênfase no autismo. Todas as abordagens foram riquíssimas, favorecendo a formação de uma pesquisadora respeitosa, crítica, ética e empática.

No ano de 2023, no primeiro semestre, estive matriculada na disciplina de “Fundamentos Epistemológicos Interdisciplinares: Informação e sociedade” com outra docente, uma mediadora de conhecimento incrível com uma abordagem clara, didática, detalhada e, ao mesmo tempo, muito objetiva. Esta professora trouxe em suas aulas planejamentos e explanações com muito zelo com a função que ali estava para executar; falou sobre epistemologia, mas também nos preparou, nos acolheu e nos orientou sobre nossa responsabilidade enquanto mestres no ambiente acadêmico e na sociedade. Além disso, nos apresentou vasta experiência e, sem sombra de dúvidas, me fez uma pesquisadora melhor ter

conhecido e aproveitado esta disciplina mais uma vez. Ao final dela, fiquei muito grata à reprovação no ano anterior, pois foi ela que me deu a oportunidade riquíssima de conhecer uma brilhante professora; além disso, não poderia deixar de afirmar o quanto ser aprovada com o conceito A me deu forças para seguir firme com o meu propósito.

Para o segundo semestre de 2023, uma preocupação instalou-se: prazo curto, escrita importante e uma pesquisa em execução. Mas com o grande apoio da minha orientadora, que momento algum durante o meu percurso acadêmico soltou a minha mão, pude caminhar com firmeza e a certeza que tudo daria certo e me matricular, então, na qualificação. Em dezembro a etapa foi concluída com sucesso e a defesa da pesquisa, com dedicação e muito empenho, aconteceu em abril de 2024.

Durante todo o meu percurso dentro do mestrado pude contar com minha orientadora Prof^a Dr^a Valéria Asnis, uma pessoa extremamente competente, tolerante, determinada e otimista que, em muitos momentos, me impulsionou a acreditar na pesquisadora que me tornei. Minha consideração por ela existe para além de uma orientadora/professora, pois ela conseguiu seguir as diretrizes necessárias em todos os processos, unidas ao cuidado e amor ímpar, não somente pela profissão, mas pela vida do acadêmico que, em sua responsabilidade, trilha o caminho.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa encontra-se vinculada à linha de pesquisa “Mídias, Educação e Comunicação” do Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGCE/UFU) e faz parte de um projeto guarda-chuva intitulado “Educação, Tecnologia e Comunicação: articulações entre saberes e estudo do impacto das estratégias pedagógicas e midiáticas utilizadas pela UFU durante o período de aulas remotas”, o qual possui financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em pesquisas e conta com a participação de docentes pesquisadores da linha “Mídias, Educação e Comunicação”, cada um com seus respectivos orientandos. No escopo de nosso estudo, buscamos articular as informações com os estudantes Público da Educação Especial (PEE), mais especificamente aqueles que foram classificados como "aprovados" ao final do período estabelecido pelo projeto mencionado.

Portanto, este estudo dedicou-se a investigar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes PEE durante o período da pandemia de covid-19, quando as atividades acadêmicas presenciais foram interrompidas na UFU.

Compreendendo que a temática encontra destaque no cenário educacional brasileiro, e que os dados encontrados aqui são pertinentes no sentido de fomentar discussões acerca da acessibilidade no Ensino Superior, esta pesquisa possui a seguinte questão norteadora: como foi realizado o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes PEE durante o período de aulas remotas na UFU devido à pandemia de covid-19?

Portanto, o objetivo geral de nosso estudo é refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes PEE durante o período de aulas remotas na UFU devido à pandemia de covid-19.

Para alcançar nosso objetivo, elencamos os seguintes objetivos específicos:

- a) Realizar um levantamento das produções científicas acerca da temática, bem como de documentos legais para posterior análise e discussão dos dados coletados;
- b) Buscar as disciplinas, da área das Ciências Biológicas, que obtiveram 100% de aproveitamento, e verificar se houve estudante(s) PEE matriculado(s);
- c) Procurar os docentes que ministraram tais disciplinas;
- d) Elaborar questionário e enviar aos docentes responsáveis por estas disciplinas;

- e) Analisar as respostas fornecidas pelos docentes que participaram da pesquisa à luz da literatura e de documentos normativos.

Por compreendermos que este trabalho contribui com as pesquisas na área da Educação, mais precisamente acerca de estudantes PEE inseridos no Ensino Superior, a seguir iremos nos debruçar nos processos metodológicos de pesquisa e no referencial teórico da área.

Dessa forma, no Capítulo 1 apresentaremos o percurso metodológico de nosso trabalho, bem como o tratamento e análise dos dados coletados. Depois, no Capítulo 2 faremos um breve histórico da Educação Especial no Brasil, com objetivo de compreendermos o caminho percorrido pelos estudantes PEE até a chegada ao Ensino Superior. Posteriormente, no Capítulo 3 nos debruçaremos sobre a revisão da literatura acerca da acessibilidade no Ensino Superior, destacando as principais pesquisas na área, principalmente as que tratam de nossa temática e, no Capítulo 4, traremos os resultados do questionário e a análise destes.

A investigação e a reflexão sobre como ocorreu o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes PEE durante o período de aulas remotas na UFU nos permitiu, dentro do possível, compreender os desafios singulares enfrentados por estes estudantes e, também, pelos próprios docentes. Questões relacionadas à acessibilidade aos recursos educacionais e à adequação das estratégias pedagógicas às necessidades individuais destes estudantes tornam-se especialmente relevantes neste contexto.

Ao compreendermos os efeitos deste período desafiador sobre este público de estudantes, bem como se houve estratégias pedagógicas que demonstraram ser bem-sucedidas, é possível se pensar, cada vez mais, a possibilidade de uma educação mais equitativa e acessível para todos, independentemente de suas necessidades específicas. Essa perspectiva não apenas promove a igualdade de oportunidades educacionais, mas também contribui para o aprimoramento do sistema educacional como um todo.

1 O PERCURSO METODOLÓGICO

Conforme já mencionado, este trabalho tem como objetivo geral refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes PEE durante o período de aulas remotas na UFU devido à pandemia de covid-19.

Ressaltamos que, devido a este trabalho ser um recorte de um projeto guarda-chuva, o consideramos um estudo piloto que dará suporte a outros estudos que também tratarão da temática da inclusão de estudantes PEE na UFU.

O presente estudo insere-se no campo da abordagem qualitativa que, para Appolinário (2009, p. 155), é a “modalidade de pesquisa na qual os dados são coletados através de interações sociais e analisados subjetivamente pelo pesquisador [...] Ou seja, é a interpretação subjetiva do fato”. Essa abordagem de pesquisa não se baseia em dados estatísticos.

De acordo com Minayo (1994, p. 23), a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada por cinco principais atributos:

1. Na investigação qualitativa, a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal. O significado pode ser perdido se for retirado do contexto o ato, a palavra ou o gesto.
2. A investigação qualitativa é descritiva. Há uma ênfase às palavras e imagens.
3. Os investigadores interessam-se mais pelo processo do que pelos resultados ou produtos
4. Os investigadores tendem a analisar os seus dados de forma indutiva (do particular para o geral), ou seja, da raiz prática para o topo teórico.
5. O significado é de importância vital na investigação qualitativa. É o outro que adquire destaque, com os significados que atribui ou percepções/representações que elabora.

Foi realizado um levantamento da literatura, o qual, segundo Silveira (2011, p. 92), é importante pois

é a parte que fundamenta a pesquisa, é a sustentação teórica do trabalho. Aqui o pesquisador deve se perguntar: quem já escreveu sobre o assunto? O que já se escreveu sobre o assunto? Quais os aspectos que já foram abordados? O que ainda falta? Nesse tópico, o pesquisador deve apresentar ao leitor as teorias principais que se relacionam com o tema da pesquisa. Cabe à revisão da literatura, a definição de termos e de conceitos essenciais para o trabalho.

Esta pesquisa utilizou, também, um questionário semiestruturado como forma de coleta de dados, que segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 201)

[...] é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.

Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor, no sentido de que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável.

Segundo os autores supracitados, algumas das vantagens deste tipo de instrumento são: economia de tempo; atinge um maior número de pessoas; respostas mais rápidas e precisas; uniformidade na avaliação; entre outras.

As abordagens convencionais para coletar informações de participantes de pesquisa, como entrevistas presenciais, por telefone e questionários impressos, frequentemente não conseguem produzir resultados rápidos e economicamente viáveis. Além disso, essas abordagens não conseguem acompanhar a dinâmica das populações e a tendência tecnológica em constante evolução (Araújo *et al.*, 2019); por essas razões optamos pela elaboração e envio de questionário através de e-mails. Além disso, com o aumento generalizado do acesso à internet em todo o mundo, as pesquisas conduzidas no ambiente virtual emergem como uma tendência contemporânea na coleta de dados, preferida pela maioria dos participantes dos estudos. Embora os grupos etários mais jovens continuem a liderar o uso da internet, é notável um aumento na adesão de pessoas de faixas etárias mais avançadas a essa ferramenta nos últimos anos (Araújo *et al.*, 2019).

1.1 Participantes da pesquisa

Na pesquisa participaram professores da UFU que lecionaram disciplinas nas áreas das Ciências Biológicas durante o período de aulas remotas, compreendido entre 19/03/2021 e 06/11/2021. Os professores responderam a um questionário enviado por email. Ressaltamos que o questionário foi reenviado três vezes, nas seguintes datas: 16/08/2023, 27/08/2023 e 10/09/2023. Antes de cada reenvio, removemos os e-mails dos docentes que já haviam respondido, garantindo assim que não houvesse duplicação de respostas. No próximo item detalharemos todo o processo da coleta de dados.

1.2 Coleta de dados

A coleta de dados seguiu o seguinte procedimento:

- a) Levantamento da literatura referente à temática da pesquisa: a busca englobou o Portal de Periódicos da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Banco de dissertações e teses da CAPES. Esse estágio preliminar foi importante para compreendermos um pouco do panorama de pesquisas realizadas sobre a temática de nosso estudo;
- b) Levantamento de documentos: foi realizado levantamento da legislação e políticas públicas que versam sobre a inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência no Ensino Superior para posterior discussão dos dados;
- c) Busca pelos docentes da área de Ciências Biológicas: juntamente com os docentes e pesquisadores do projeto guarda-chuva, foi realizada a busca por tais docentes. Após aplicação de alguns filtros, como a identificação por períodos acadêmicos e áreas de conhecimento, foi possível chegar à delimitação de docentes de nosso estudo.
- d) Análise dos dados coletados pelos demais membros da equipe de pesquisa: essa análise foi realizada mediante a estruturação de uma planilha de dados que contempla informações sobre os estudantes aprovados e reprovados dentro do escopo definido para este estudo. No processo, foram mapeados os índices de aprovação nas disciplinas da área de Ciências Biológicas que registraram os índices mais expressivos de sucesso acadêmico;
- e) Contato com docentes que ministraram disciplinas durante o período de aulas remotas: para que pudéssemos dar continuidade à coleta de dados, houve a triagem e busca de e-mails de docentes, sendo coletados a partir da base de dados pública e oficial da UFU. Inicialmente, aplicou-se um filtro para restringir a busca somente para as disciplinas da área das Ciências Biológicas, conforme delineado no planejamento minucioso da equipe de pesquisa. Especificamente, foram selecionadas as disciplinas do primeiro e segundo semestre de 2021, que compreendem o recorte da pesquisa (19/03/2021 até 06/11/2021), período em que houve aulas remotas devido à pandemia de Covid 19. Nesse ponto, foi encontrado um total de 2.501 disciplinas. Para refinar a busca, foi aplicado um novo filtro na planilha, buscando os resultados relacionados apenas às disciplinas em que os estudantes obtiveram 100% de aproveitamento, resultando em um total de 774 disciplinas. Uma nova etapa de filtragem foi implementada com o intuito de eliminar os registros de disciplinas em que os estudantes efetuaram trancamentos, reduzindo a lista para 771 disciplinas. Em seguida, mais um filtro foi aplicado para excluir as disciplinas

que não continham informações referentes ao nome do professor responsável pela disciplina. Esse processo culminou em um conjunto de 758 disciplinas pertencentes à área das Ciências Biológicas.

- f) Elaboração, em conjunto com a equipe, do questionário destinado aos docentes participantes da pesquisa;
- g) Envio do questionário (Apêndice A), por meio da ferramenta online Google Forms, aos docentes que ministraram disciplinas na área das Ciências Biológicas durante o período de aulas remotas na UFU.

1.3 Tratamento e análise dos dados

As respostas dos questionários foram sistematizadas segundo categorias definidas a partir do conteúdo destas. Após este tratamento inicial, realizamos a análise dos dados buscando identificar as propostas e ações de acessibilidade desenvolvidas pelos docentes.

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 167), a análise de dados “É a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”, ou seja, o pesquisador entra em contato com detalhes dos dados coletados, procurando estabelecer relações entre estes e as hipóteses formuladas, que serão comprovadas ou refutadas à luz da literatura.

A importância dessa abordagem analítica é evidente ao buscar uma compreensão mais profunda das práticas de acessibilidade adotadas pelos docentes no contexto educacional. Ao analisar os dados, é possível identificar tanto estratégias bem-sucedidas quanto desafios enfrentados na promoção da acessibilidade. Além disso, a análise dos dados permite não apenas validar as suposições previamente estabelecidas, mas também refinar e ajustar as teorias existentes com base nas evidências empíricas coletadas.

A seguir, apresentaremos um breve histórico da UFU, destacando sua trajetória e a implementação das políticas de acesso, especialmente através do sistema de cotas.

1.4 Universidade Federal de Uberlândia e as cotas¹

¹ Todas as informações fornecidas nesta parte do texto podem ser encontradas no site oficial da Universidade: <https://ufu.br/institucional>.

A UFU é uma instituição pública de renome, integrante da Administração Federal indireta e vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Sua história remonta ao Decreto-lei nº 762, de 14 de agosto de 1969, quando foi autorizada a operar como Universidade de Uberlândia (UnU), e posteriormente federalizada pela Lei nº 6.532, de 24 de maio de 1978.

A missão da UFU é a integração entre ensino, pesquisa e extensão, com o propósito de promover o avanço do conhecimento e contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social. A universidade visa não apenas produzir e disseminar ciência e tecnologia, mas também formar cidadãos críticos e éticos, comprometidos com a democracia e a transformação social.

Com uma visão clara de se tornar uma referência nos âmbitos regional, nacional e internacional, a UFU busca se destacar na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão em todos os seus campi. Comprometida com a garantia dos direitos fundamentais e o desenvolvimento regional integrado e sustentável, a universidade busca influenciar positivamente não apenas sua região de origem, mas também comunidades em todo o Brasil Central.

A UFU abrange sete campi distribuídos estrategicamente, sendo quatro em Uberlândia (Campus Educação Física, Campus Glória, Campus Santa Mônica e Campus Umuarama), um em Ituiutaba, um em Monte Carmelo e um em Patos de Minas. Como principal centro de referência em ciência e tecnologia na vasta região do Brasil Central, a UFU desempenha um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades que atende. A autonomia didático-científica, administrativa e financeira da UFU é garantida por lei, e sua organização e funcionamento são regidos por um conjunto de normas e regulamentos, incluindo seu Estatuto e Regimento Geral.

Oferecendo uma ampla gama de oportunidades educacionais, a UFU se destaca por seus programas de graduação, pós-graduação, educação a distância, formação profissional, internacionalização, pesquisa e inovação, extensão e atividades culturais, além de proporcionar assistência estudantil e outros serviços essenciais.

Ao longo de sua história, a UFU acumulou diversos marcos significativos, desde a criação de suas primeiras escolas de Ensino Superior na década de 1960 até a expansão de seus campi nas últimas décadas. Esses marcos incluem a fundação de instituições como o Conservatório Municipal de Uberlândia, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Engenharia e

a criação do Campus Santa Mônica, entre outros eventos importantes que moldaram a trajetória da universidade.

A UFU continua a se destacar como uma instituição de excelência no cenário educacional brasileiro, comprometida com a promoção do conhecimento, da pesquisa e da inovação, enquanto busca constantemente contribuir para o desenvolvimento humano e social em suas comunidades e além.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento humano e social e cumprir a legislação, a universidade estabelece políticas de inclusão que se materializam através da aplicação efetiva da lei de cotas. Reconhecendo a rica diversidade étnica e cultural do nosso país, a UFU reconhece a necessidade de proporcionar oportunidades igualitárias de acesso à educação superior para estudantes de diferentes origens étnico-raciais, sejam eles brancos, negros, pretos ou pardos, além dos povos indígenas e pessoas com deficiência.

A UFU reserva 50% de suas vagas para estudantes provenientes de escolas públicas, em conformidade com a Lei 12.711/2012, que é conhecida como Lei de Cotas. Esta lei estabelece a reserva de vagas em instituições federais de ensino superior e técnico para estudantes de escolas públicas, negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Seu objetivo é promover a inclusão social e a diversidade no ambiente acadêmico, corrigindo desigualdades históricas e ampliando o acesso de grupos sub-representados à educação de qualidade. A distribuição das vagas considera a proporção da população desses grupos em cada unidade da federação, conforme os dados do último censo do IBGE.

Além disso, a referida lei estabelece critérios específicos para preenchimento das vagas destinadas às cotas, contemplando autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas (PPI), Pessoas Com Deficiência (PCD) e candidatos de baixa renda. Abaixo, apresentamos as orientações detalhadas para cada modalidade de cota: Escola Pública, Baixa Renda, PPIs (Negros Pretos, Negros Pardos e Indígenas) e Cota PCD.

- a) Cota de Escola Pública: podem concorrer às cotas os candidatos que completaram o ensino médio em escolas públicas, incluindo aquelas mantidas e administradas pelo poder público em âmbito municipal, estadual ou federal. É imprescindível que todos os candidatos contemplados por essas cotas tenham frequentado integralmente o Ensino Médio em instituições de ensino público.
- b) Cota de Baixa Renda: podem concorrer a esta cota os candidatos cuja renda familiar bruta mensal seja inferior ou equivalente a 1,5 salário-mínimo, e que tenham concluído

o Ensino Médio integralmente em escolas públicas, além dos candidatos registrados no Cadastro Único, sistema do Governo Federal de benefícios e programas sociais.

- c) Cota para PPIs (Negros Pretos, Negros Pardos e Indígenas): os candidatos autodeclarados Negros (Pretos ou Pardos) devem seguir critérios exclusivamente fenotípicos para sua identificação. Nesse sentido, não é considerado o parentesco. No caso de candidatos indígenas, é necessário anexar uma cópia do Registro Nacional de Nascimento de Indígena (RANI). Orientações detalhadas sobre como proceder estão disponíveis no edital de Procedimentos de Homologação da Autodeclaração de PPIs, acessível na página do processo seletivo. O candidato(a) interessado deve preencher um formulário próprio para estas solicitações, que se encontram na página da própria universidade. Além disso, é importante consultar a Resolução SEI nº 12/2018 do Conselho de Graduação, que estabelece os critérios a serem aplicados pela Comissão de Heteroidentificação dos candidatos da UFU.
- d) Cota PcD: nesta categoria são incluídos os candidatos que possuem deficiências como deficiência visual (cegueira ou baixa visão), deficiência auditiva ou surdez, deficiência física, deficiência intelectual, Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) ou deficiência múltipla, conforme estabelecido na Lei nº 13.146 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Para concorrer, o candidato deve preencher um formulário próprio que se encontra na página da universidade. Além disso, para esta categoria de estudantes, é necessário anexar laudos médicos, exames complementares e, quando aplicável, uma avaliação psicopedagógica, especialmente nos casos de deficiência intelectual e TEA.

2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: CAMINHOS E PERCURSOS RUMO AO ENSINO SUPERIOR

Para o entendimento sobre quem é de fato o PEE, é necessário compreender o que é considerado deficiência. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2006, p. 16):

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, as quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Já de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), em seu Art. 2:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Dias e Oliveira (2013) classificam as deficiências em três campos distintos – deficiência de ordem física, sensorial e intelectual –, sendo que, de acordo com sua constituição orgânica e condições socioambientais, resulta-se em especificidades oriundas deste conjunto de fatores. De acordo com as autoras, a deficiência intelectual causa uma invisibilidade maior na sociedade ao ser comparada com as demais deficiências, devido à relação feita, na maioria dos casos, entre deficiência intelectual e cognição infantil. Desta forma, há uma série de fatores e desafios presentes no contexto educacional e social, tais como: a falta de inclusão, a discriminação, os desafios enfrentados para o alcance da aprendizagem, a dificuldade de comunicação e também o pouco entendimento sobre as necessidades individuais destes indivíduos, o que pode comprometer as relações, a socialização e a educação.

Por sua vez, Fernandes, Schlesener e Mosquera (2014) afirmam que, com a evolução da forma de pensar da sociedade, as lutas das pessoas com deficiência em busca de seus direitos foram acontecendo e avanços foram sendo alcançados. Ferreira, Dechichi e Silva (2012) nos contam que tais mudanças passaram por fases ou estágios, sendo classificadas como fase de exclusão, segregação institucional, integração e inclusão. A seguir abordaremos cada uma destas fases de acordo com a literatura da área.

2.1 A Exclusão

O período da exclusão, segundo Mendes (1995), abrange a maior parte da história até meados do século XX. Neste período, as pessoas com deficiência eram negligenciadas e ignoradas, sem a existência de nenhuma forma de atenção social e educacional a esse público. Entretanto, é crucial destacar que a exclusão mencionada não se restringia somente ao ambiente escolar; ela se estendia a todos os outros grupos sociais nos quais as diferenças eram uma característica presente no cotidiano, conforme percebido pelos padrões sociais vigentes.

Inúmeros movimentos sociais ocorreram globalmente na tentativa de combate à exclusão social. Internacionalmente podemos citar o Movimento pelos Direitos Civis liderado por Martin Luther King Jr., que foi um notável líder pacifista que dedicou sua vida à defesa dos princípios de liberdade, igualdade e direitos civis na América, e Malcolm X, que foi um líder afro-americano, ativista dos direitos humanos, ministro muçulmano e defensor do Nacionalismo Negro nos Estados Unidos; ambos lutaram contra a discriminação racial. O feminismo teve destaque na busca pela igualdade de gênero em empregos, direitos reprodutivos e educação.

Por todo o mundo, grupos indígenas e étnicos buscaram garantia de seus direitos, sendo que podemos citar também as nações africanas e asiáticas na busca constante de independência das potências coloniais, indo de encontro a exclusão social. Estes movimentos desafiaram a exclusão e promoveram a igualdade, embora muitos obstáculos persistam até hoje.

Frequentemente discute-se a educação no contexto da exclusão, devido à influência significativa que os ambientes escolares exercem. No entanto, é essencial reconhecer a estreita relação entre educação e exclusão social. Segundo Mendes (2006, p. 391), “Analisando-se a literatura sobre inclusão escolar, constata-se que, em geral, sua origem é apontada como iniciativas promovidas por agências multilaterais, que são tomadas como marcos mundiais na história do movimento global de combate à exclusão social”.

Ao analisarmos a questão da educação, fica evidente que o acesso para certas classes sociais era limitado e seletivo. Por exemplo, as oportunidades eram escassas e os indivíduos enfrentavam discriminação e preconceito dentro do ambiente escolar. Isso resultava em tratamento desigual, falta de apoio adequado e, em alguns casos, restrições diretas ao acesso às oportunidades educacionais. Essa situação criava frequentemente barreiras físicas, atitudinais e de acesso, dificultando o pleno desenvolvimento educacional e pessoal dos estudantes afetados.

Dessa forma, ao observar a exclusão, é essencial compreender plenamente o alcance desse conceito nos tempos atuais. Ao consultarmos o verbete “exclusão” no Novo Dicionário

Aurélio, encontramos as seguintes definições: 1. O ato de excluir ou remover alguém; exceção. 2. No âmbito jurídico, é o ato pelo qual uma pessoa é privada ou afastada de funções específicas; exclusiva. [Antôn.: inclusão²]. Nessa primeira definição, a expressão “ato de excluir” nos conduz a um outro conceito detalhado com maior precisão no dicionário, já que “excluir” envolve: 1. Ser incompatível com. 2. Afastar, desviar, eliminar. 3. Pôr de lado; abandonar, recusar. 4. Não admitir; omitir. 5. Pôr fora; expulsar. 6. Privar, despojar. 7. Pôr-se ou lançar-se fora; isentar-se, privar-se.

É evidente o enfoque na ideia de evitar o contato e a sensação de ausência que o conceito nos transmite. A partir do final do século XIX e início do século XX, começam a surgir iniciativas e instituições dedicadas ao atendimento das pessoas com deficiência, como o desenvolvimento de instituições especiais, o que nos remete, portanto, à próxima fase da história destes indivíduos.

2.2 A Segregação social e escolar

A segregação social é um fenômeno enraizado e abrangente ao longo da história mundial. Pessoas com deficiência, assim como outros grupos considerados fora dos padrões sociais estabelecidos, enfrentam tratamento diferenciado em diversos contextos. Neste período, as pessoas com deficiência eram frequentemente afastadas de suas famílias e colocadas em instituições religiosas ou beneficentes, como a Pestalozzi, que trataremos posteriormente. Mendes (2006, p. 387) complementa dizendo que esta

Foi uma fase de segregação, justificada pela crença de que a pessoa diferente seria mais bem cuidada e protegida se confinada em ambiente separado, também para proteger a sociedade dos “anormais”. Paralelamente à evolução asilar, a institucionalização da escolaridade obrigatória e a incapacidade da escola de responder pela aprendizagem de todos os alunos deram origem, já no século XIX, às classes especiais nas escolas regulares, para onde os alunos difíceis passaram a ser encaminhados.

Esse distanciamento foi o ponto de partida para o surgimento das primeiras escolas especiais e centros de reabilitação. Nessas instituições, as pessoas com deficiência eram frequentemente isoladas do mundo exterior e privadas, em muitos casos, de oportunidades educacionais e profissionais significativas. Isso marcou o início de um estágio de segregação,

² Notamos aqui que o antônimo de exclusão é inclusão – um termo de sentido contrário, oposto –, que se manifesta, de forma mais efetiva, no século XXI.

no qual esses indivíduos enfrentavam restrições de acesso aos recursos necessários para alcançar seu pleno potencial. Mendes (2006, p. 388) acrescenta que

A segregação era baseada na crença de que eles seriam mais bem atendidos em suas necessidades educacionais se ensinados em ambientes separados. Assim, a educação especial foi constituindo-se como um sistema paralelo ao sistema educacional geral, até que, por motivos morais, lógicos, científicos, políticos, econômicos e legais, surgiram as bases para uma proposta de unificação.

Embora essas instituições tenham sido concebidas para fornecer um nível diferenciado de cuidado e atenção, muitas vezes careciam de recursos adequados e eram permeadas por estigmas sociais que resultavam na exclusão desse grupo social. A segregação social não apenas prejudicava o progresso individual e a qualidade de vida das pessoas com deficiência, mas também reforçava uma divisão injusta na sociedade. Ao longo do tempo, diversos movimentos têm surgido em direção à inclusão dessas pessoas na sociedade.

A fase da segregação escolar, segundo Mendes (2006), refere-se à prática de isolar estudantes com algum tipo de deficiência, ou seja, estes eram colocados em ambientes de aprendizado separados e distintos dos demais estudantes. Esses ambientes segregados são muitas vezes conhecidos como “classes especiais” ou “escolas especiais”.

Denominada de segregação institucional, essa etapa foi marcada pela institucionalização das pessoas com deficiência e ocorreu com a justificativa, segundo Mendes (2006), de proteger as crianças de possíveis ameaças e riscos. Conforme afirma a autora:

[...] apesar de algumas escassas experiências inovadoras desde o século XVI, o cuidado foi meramente custodial, e a institucionalização em asilos e manicômios foi a principal resposta social para tratamento dos considerados desviantes. Foi uma fase de segregação, justificada pela crença de que a pessoa diferente seria mais bem cuidada e protegida se confinada em ambiente separado, também para proteger a sociedade dos “anormais”. (Mendes, 2006, p. 387)

Além disso, segundo Lobo (2008), este período de segregação se deu entre os séculos XVIII e XIX, e é quando se inicia uma preocupação com a educação destas pessoas, que se concretiza através das instituições especializadas. Dechichi, Silva e Ferreira (2012, p. 53) corroboram o autor supracitado quando versam que

Ao final do século XIX e em meados do século XX, observamos iniciativas para reduzir a segregação imposta aos indivíduos, pessoas com deficiência, e a busca pela inserção dessas pessoas em escolas especiais comunitárias ou em classes especiais, em vários outros países do mundo.

Dessa forma, em 1854 é criado no Brasil, por D. Pedro II, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant (IBC) e, em 1857, o Instituto dos Surdos Mudos, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), no Rio de Janeiro. Este instituto, inserido na estrutura do MEC, desempenha um papel de destaque como centro de referência nacional no campo da surdez. Sua função abrange a formulação de políticas públicas, oferecendo suporte à sua implementação por parte das instâncias governamentais subnacionais. Além de sua função educacional, o INES acolhe estudantes desde a Educação Infantil até o Ensino Superior e lidera a pesquisa de inovadoras metodologias para o ensino voltado às pessoas surdas. Adicionalmente, presta valioso auxílio à comunidade e aos estudantes nas áreas de fonoaudiologia, psicologia e assistência social. Notavelmente, o Instituto desempenha um papel ativo na inserção profissional dos surdos por meio de programas de ensino profissionalizante e estágios. Dentro desta perspectiva da criação de instituições especializadas, citamos o Instituto Pestalozzi, fundado em 1926 em Canoas no Rio Grande do Sul. A instituição ficou conhecida pela defesa de uma abordagem humanista em educação, sendo considerada a primeira escola de ensino especial não governamental do país.

Um pouco mais à frente, em 1954, surge a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), no Rio de Janeiro; logo torna-se referência por ser uma organização social cujo objetivo principal era a promoção da atenção integral à PCD, em especial a deficiência intelectual e múltipla. Destacando-se pelo pioneirismo, segue presente em mais de 2.200 mil municípios em todo território nacional, conforme afirma e aponta o site oficial da APAE Brasil (2023).

Com a proclamação da Declaração dos Direitos Humanos, em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas (UNICEF, 1948), o movimento pelo reconhecimento do direito à dignidade humana começa a tomar forma e uma conscientização maior em relação aos direitos das pessoas com deficiência também vão sendo ampliados.

2.3 A Integração

Os movimentos sociais pelos direitos humanos, que ganharam força principalmente na década de 1960, desempenharam um papel fundamental ao despertar a consciência e sensibilizar a sociedade acerca dos danos causados pela segregação e marginalização de

indivíduos pertencentes a grupos minoritários. Esse despertar tornou a prática sistemática de segregar qualquer grupo ou criança algo completamente inaceitável.

Mendes (2006, p. 388) atesta que

Primeiramente, a ciência produziu formas de ensinar pessoas que por muito tempo não foram sequer consideradas educáveis. Posteriormente, a ciência passou a produzir evidências que culminaram numa grande insatisfação em relação à natureza segregadora e marginalizante dos ambientes de ensino especial nas instituições residenciais, escolas e classes especiais. A partir daí, a constatação de que eles poderiam aprender não era mais suficiente, e passou a ser uma preocupação adicional para a pesquisa investigar “o que”, “para que” e “onde” eles poderiam aprender.

Esse cenário estabeleceu um sólido alicerce moral para a proposta de integração escolar, ancorada no argumento incontestável de que todas as crianças com deficiências possuem o direito inalienável de participar plenamente de todos os programas e atividades diárias acessíveis às demais crianças.

As autoras Dechichi, Silva e Ferreira (2012, p. 49) apontam que a fase foi “Caracterizada por uma busca de redução de segregação imposta à PCD e pela ênfase da inserção dessas pessoas em escolas especiais comunitárias ou em classes especiais inseridas, principalmente, dentro de escolas públicas”.

Esta fase surge com a ideia de dar mais visibilidade às pessoas com deficiência, diminuindo, por sua vez, a segregação imposta a elas, tendo como um dos focos inserir esse público nas escolas regulares de ensino, por exemplo. Todavia, esta inserção se deu em salas ou espaços separados dos estudantes sem deficiência a fim de não “atrapalhar” o processo de ensino e aprendizagem destes últimos. Segundo Miranda (2004, p. 2) essa fase “fundamentava-se no fato de que a criança deveria ser educada até o limite de sua capacidade”. A autora ainda afirma que esta premissa era vista como uma forma de “cura ou eliminação da deficiência através da educação” (Miranda, 2004, p. 3).

Mazzotta (2011, p. 31) afirma que, até meados de 1950, pouco havia se avançado em relação a um atendimento especializado para os estudantes com deficiência. Em seu texto, o autor declara que

Na primeira metade do século XX, portanto, até 1950, havia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais, que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial a deficientes mentais. Ainda, catorze estabelecimentos de ensino regular, dos quais um federal, nove estaduais e quatro particulares, atendiam também alunos com outras deficiências.

Essa proposta impulsionou o desenvolvimento de uma diversidade de iniciativas voltadas para a inclusão dessa população na comunidade. O objetivo era empregar abordagens normativas para fomentar e/ou preservar características, vivências e comportamentos individuais de maneira tão natural quanto possível. Essa definição destaca dois elementos cruciais: as metas do serviço para seus usuários (comportamentos, experiências e traços) e os métodos a serem empregados para alcançá-las. A partir desse momento, o princípio foi amplamente adotado para direcionar a elaboração de serviços ao longo das décadas de 1960 e 1970, impulsionando um significativo movimento de desinstitucionalização. Esse movimento implicou na saída de pessoas com deficiências de grandes instituições, visando a sua reintegração na comunidade.

No ano de 1961, observamos um avanço, para a época, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024/61, a qual expressa que “a educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral da educação, a fim de integrá-los na comunidade” (Brasil, 1961). Também, no “Título XX – Da Educação dos Excepcionais”, o art. 89 aborda a importância dos espaços privados considerados “eficientes na educação de excepcionais” apontando a possibilidade de receber “dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções”, de acordo com a avaliação dos Conselhos Estaduais de Educação.

Este “tratamento especial” acima citado refere-se a parcerias entre instituições privadas assistencialistas e o Estado, que ganhariam força no período da ditadura no Brasil (Delevati, 2021). A autora corrobora o que Jannuzzi e Caiado (2013) já haviam apontado, que a educação das pessoas com deficiência foi construída em uma rede paralela à educação regular, fortalecida pelo crescimento das instituições especializadas privadas na ditadura civil-militar e com o apoio do financiamento público para a rede privado-assistencial. Com isso, as autoras depreendem que essa herança “[...] permanece e parece dificultar a aceitação da escola regular pública como espaço não só de direito, mas também como o local mais adequado para a escolarização dos alunos com deficiência” (Jannuzzi; Caiado, 2013, p. 3).

Em distintos países, essas aspirações encontraram resposta através da implementação gradual de marcos legais que consagraram a responsabilidade do poder público em garantir oportunidades educacionais às pessoas com deficiências. Esse processo incluiu a introdução da matrícula compulsória em escolas convencionais e a formulação de diretrizes para a inserção

em serviços educacionais, pautados pelo princípio de minimizar ao máximo qualquer forma de restrição ou segregação.

Assim, foram estabelecidos os alicerces para o emergir da filosofia de normalização e integração, que progressivamente firmou-se como uma ideologia de alcance global, notavelmente a partir dos anos 1970. Esse paradigma defendeu a perspectiva de que as pessoas com deficiências deveriam ter a oportunidade de participar plenamente na sociedade, incluindo o contexto educacional, refletindo uma transformação profunda na maneira como a inclusão era abordada em nível internacional (Mendes, 2006).

De acordo com Ferreira, Dechichi e Silva (2012), apesar disto, em 1969 já existiam 800 estabelecimentos que realizavam o atendimento educacional para pessoas com deficiência no Brasil, um número quatro vezes maior do que em 1960. Sobre isso, Mendes (1995) destaca como o crescimento acelerado teve impacto direto na formação das estruturas legais e técnico-administrativas que impulsionaram o desenvolvimento da Educação Especial no contexto brasileiro.

Com a alteração da LDB de 1961 para Lei nº 5.692/71, um novo capítulo é dedicado à Educação Especial. No Artigo 9 observamos a retirada da palavra “excepcional” ao se referir às pessoas PEE, conforme apresentada a seguir:

Art. 9º Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

Dessa forma, a integração escolar não era concebida como uma questão binária, mas sim como um processo multifacetado, composto por diversos estágios, por meio dos quais o sistema educacional buscava fornecer as abordagens mais adequadas para suprir as necessidades individuais dos estudantes. A escolha do nível mais pertinente baseava-se naquele que melhor se coadunasse com o desenvolvimento específico de cada estudante, em um dado momento e contexto.

Nessa fase, é notável o pressuposto de que as pessoas com deficiências tinham o direito de participar plenamente na vida social, enquanto simultaneamente reconheciam a importância de uma preparação voltada para suas singularidades, a fim de capacitá-las a desempenhar papéis significativos na sociedade.

As instituições especializadas privadas filantrópicas cresceram e se firmaram, tomando o papel do Estado na oferta da educação especial e na definição das diretrizes políticas. Sendo

assim, a proposta de uma escola pública de ensino comum na perspectiva inclusiva encontrou ao longo da história uma resistência iminente por parte das instituições públicas para continuar a manter seu funcionamento.

Tal feito favorece a discussão que até os dias atuais é muito abordada, sobre o lugar da escolarização da PCD: classe comum versus classe especial.

Segundo Saviani (2013), podemos considerar a década de 1980 como um período de grandes mobilizações e conquistas na área da educação. No ano de 1985, no Governo de José Sarney, através do Decreto de nº 91.872, instituiu-se o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP).

Art. 3º O Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, criado pelo Decreto nº 72.425, de 3 de julho de 1973, mantida a sua competência e estrutura, é transformado na Secretaria de Educação Especial (SESPE), como órgão central de direção superior, do Ministério da Educação. (Brasil, 1986)

O CENESP, encarregado da administração da educação especial no Brasil e alinhado com a perspectiva integracionista, estimulou iniciativas educacionais direcionadas tanto para pessoas com deficiência quanto para aquelas com habilidades excepcionais. No entanto, essas ações continuavam a ser influenciadas por abordagens assistenciais e medidas isoladas promovidas pelo Estado.

Neste mesmo período, em 29 de outubro de 1986, é instituída a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), que conforme afirma Mazzotta (2011, p. 114), veio “[...] para traçar uma política de ação conjunta, destinada a aprimorar a Educação Especial e integrar, na sociedade, as pessoas com deficiência, problemas de conduta e superdotadas”.

A CORDE foi inserida na estrutura de assessoria da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e desempenha um papel crucial na administração de políticas que se concentram na inclusão efetiva das pessoas com deficiência. Sua atuação é fundamentada na defesa intransigente dos direitos e na promoção ativa da cidadania. A entidade oferece um repositório de informações abrangendo colaborações, comunicados, diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e uma biblioteca que oferta acesso a valiosas referências. Além disso, disponibiliza uma variedade de notícias pertinentes, um calendário de eventos em andamento e vínculos correlatos para consulta.

Um pouco mais à frente, com a promulgação da Constituição Federal em 1988, os direitos humanos e fundamentais são ampliados e esta se torna um marco, no caso das pessoas

com deficiência, pois estabelece o princípio da igualdade ao ter como regra, segundo o art. 3º inciso IV, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988, grifo do autor). Ainda no artigo 206, inciso I, a Constituição estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dever do Estado, além de oferecer o AEE aos estudantes PEE, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988).

Neste movimento pela inclusão e equidade, podemos destacar a Conferência Mundial de Educação para todos, realizada em Jomtien na Tailândia em 1990, a qual traz a missão de afirmar a necessidade básica de aprendizagem das pessoas até então tidas como “portadoras de deficiência”³. A partir desta Conferência, no ano de 1994 é assinada a Declaração de Salamanca que, segundo Kassar (2011), juntamente com a Conferência Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990), foram fundamentais no processo de entendimento sobre a questão da inclusão social e educacional das pessoas com deficiência. O autor também afirma que foram basilares para a elaboração e promulgação de leis e documentos legais brasileiros como a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 1994), sendo este, segundo Barcelos (2019), o primeiro documento que apresentou uma proposta para a Educação Especial à nível nacional. Entretanto, Garcia (2004, p. 83) aponta que este documento “mencionava a perspectiva da ‘educação inclusiva’, mas seu conceito orientador era a ‘integração’”. Desta maneira, apenas os sujeitos que conseguissem se enquadrar nas normas e regras de desenvolvimento da escola seriam integrados. De acordo com Garcia (2004) e Barcelos (2019), a população contemplada pela Política Nacional de Educação Especial é menor do que a mencionada pela Declaração de Salamanca, a qual incluía, também, todos aqueles estudantes com dificuldades de aprendizagem.

2.4 A Inclusão

De acordo com o Dicionário Online de Português (Dicio, 2024), um dos significados da palavra inclusão é “Integração absoluta de pessoas que possuem necessidades especiais ou específicas numa sociedade: políticas de inclusão”. Sua associação com as práticas de aceitação e integração social remonta ao século XVII, ligando-se ao crescimento do sistema capitalista

³ Termo utilizado na Conferência de Jomtien.

de produção e à disseminação do conceito de norma como regulador das relações estabelecidas na sociedade.

A inclusão tem uma abordagem que amplia o acesso da PCD à sociedade e à escola, com o intuito de garantir que todos os estudantes sejam inseridos em salas de aula comuns, incluindo aqueles com algum tipo de deficiência, e que tenham acesso a uma educação de qualidade. Essa abordagem aponta que se faz necessário que a escola seja repensada no sentido de reconhecer a diversidade de estudantes, com suas habilidades, características e necessidades, buscando criar um ambiente que seja acolhedor, acessível e adequado para atender as necessidades dos estudantes. Sobre isso, Pacheco (2006, p. 41) considera que a escola precisa ser um ambiente rico e que ofereça a todos os estudantes

[...] a oportunidade de experienciar diferentes tipos de métodos de aprendizagem. Subjacente a essa ação estava o princípio de que todas as crianças têm necessidades especiais. Os professores precisaram ser proativos, planejando a sala de aula, ou seja, os espaços de aprendizagem, fornecendo materiais, arranjando o equipamento e os assentos, garantindo uma interação face a face etc.

Reforçada pela LDB 9.394/96 (Brasil, 1996), a inclusão prevê a necessidade do professor estar preparado para compreender e atender à diversidade dos estudantes, incluindo aqueles com algum tipo de deficiência. Portanto, reconhecer a diversidade é fundamental para promover uma sociedade inclusiva e equitativa.

Ao falarmos sobre “diferença” no contexto educacional, é importante considerar que a diversidade faz parte da condição humana e que todas as pessoas, sem exceção, merecem igualdade de oportunidades, tratamento justo e acesso a uma vida plena e justa.

Sobre isso, Picollo e Mendes (2013, p. 309) afirmam que

É evidente que as deficiências guardam diferenças entre si no seio de categorias distintas, e das mesmas divisões quanto às necessidades que cada pessoa porventura venha a apresentar. A necessidade de moradia de uma criança deficiente física, filha da classe trabalhadora e vivendo em condições de superpopulação em um conjunto residencial, não são as mesmas daquela criança, também deficiente física, mas filha das elites. De um lado a moradia é quase uma ausência, do outro, uma presença que pode ostentar até certos níveis de luxuosidade. As pessoas não existem simplesmente como deficientes. São deficientes e homens ou mulheres, trabalhadores ou desempregados, negros ou brancos, nativos ou migrantes etc. Portanto, a diferença existe e é inegável.

Por essa razão, o conceito de inclusão é de grande valor para nós, representando, aos olhos da perspectiva cartesiana ocidental, a conquista sobre a barbárie. Não é surpreendente, portanto, que uma considerável parte dos textos e livros que abordam a história da deficiência comece suas narrativas a partir de episódios de exclusão, com particular ênfase nas práticas de

infanticídio entre os gregos, passando pela punição romana, a perseguição de bruxas na Idade Média e o abandono vivenciado em leprosários.

Nesse contexto, e considerando a inclusão como um avanço correlato ao progresso associado às ideias iluministas, é crucial destacar que o conhecimento médico construiu uma abordagem evolutiva para compreender as interações complexas entre deficiência e sociedade. Nessa perspectiva, a deficiência foi analisada como decorrente de um conjunto de limitações orgânicas, resultando em impedimentos na participação em atividades os quais poderiam ser superados somente por meio da correção da função ou órgão afetado, estabelecendo uma relação de causalidade orgânica quase matemática. No entanto, isso revelou-se um erro de avaliação.

As etapas decorridas no contexto da Educação Especial – a saber, exclusão, segregação, integração e inclusão – esboçam diversas abordagens em relação à educação de pessoas com deficiência. É necessário compreender que essas etapas não seguem uma progressão linear, frequentemente apresentando sobreposição e movimentação multifacetada entre elas. O princípio subjacente à inclusão pressupõe a valorização da diversidade, reconhecendo cada estudante como parte integral da comunidade escolar, independentemente de suas características. Assim, embora algumas escolas possam estar em estágios mais avançados de inclusão em determinadas áreas, podem permanecer em fases anteriores em outros aspectos, como afirma Miranda (2004, p. 6):

É interessante considerar que os serviços especializados e o atendimento das necessidades específicas dos alunos garantidos pela lei estão muito longe de serem alcançados. Identificamos, no interior da escola, a carência de recursos pedagógicos e a fragilidade da formação dos professores para lidar com essa clientela.

Sendo assim, a trajetória rumo à inclusão pode variar conforme as políticas educacionais, os recursos disponíveis e a própria atitude das pessoas. Destarte, a sociedade precisa garantir que as leis sejam efetivadas na prática do cotidiano escolar, com garantias de acesso e permanência destes estudantes do sistema escolar e uma educação de qualidade que respeite as necessidades e características destes.

Para fecharmos este capítulo enfatizamos que a exclusão, como fenômeno intrínseco à contemporaneidade, demanda uma análise cuidadosa de suas implicações e consequências. Ao nos depararmos com esse conceito, somos levados a reconhecer sua natureza multifacetada, indo além da negação de acesso à determinado espaço, por exemplo. A segregação social, por

sua vez, é um fenômeno histórico que permeia diversas sociedades, impactando especialmente grupos marginalizados, como pessoas com deficiência, dentre outros.

Essa realidade estabeleceu um fundamento moral para a proposta de integração escolar, fundamentada no princípio da equidade educacional. A integração, concebida como um movimento para mitigar a segregação, visa incluir esses grupos nas escolas regulares, representando um avanço significativo rumo à igualdade de oportunidades educacionais.

É crucial salientar que a noção de inclusão representa um avanço paradigmático, alinhado ao progresso das ideias iluministas. A evolução do entendimento médico sobre a deficiência, passando de uma abordagem organicista para uma visão mais ampla das interações entre deficiência e sociedade, desafiou visões estigmatizantes e promoveu uma concepção mais inclusiva da diversidade humana.

Dessa forma, a integração e a inclusão emergem como respostas fundamentais à segregação e exclusão social, representando um avanço na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Esses conceitos não apenas visam superar barreiras físicas e sociais, mas também promover uma compreensão mais ampla e respeitosa da diversidade humana, contribuindo para a construção de comunidades mais inclusivas e acolhedoras.

As etapas históricas da exclusão, segregação, integração e inclusão desempenham um papel fundamental no desenvolvimento do campo da educação especial. No entanto, é crucial reexaminar a inclusão como uma abordagem dinâmica e em constante evolução. Ações coordenadas, legislação apropriada e um compromisso genuíno com a equidade são elementos essenciais para assegurar que a inclusão seja verdadeiramente significativa e eficaz.

Somente por meio de uma abordagem abrangente e integrada, envolvendo tanto políticas educacionais quanto práticas pedagógicas, podemos avançar em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva. Nesse contexto, a implementação efetiva de medidas inclusivas requer não apenas a remoção de barreiras físicas e sociais, mas também a eliminação das barreiras atitudinais, o reconhecimento e a valorização da diversidade humana em todas as suas formas.

Portanto, é fundamental promover um diálogo contínuo e colaborativo entre educadores, legisladores, profissionais da saúde e membros da comunidade para garantir que as políticas e práticas educacionais reflitam os princípios da equidade e inclusão. Somente dessa forma poderemos garantir que todos os indivíduos tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais e possam alcançar seu pleno potencial de desenvolvimento pessoal e social.

2.4.1 Algumas ações em prol da Inclusão Educacional

Segundo Kassir (2011), para que o sistema educacional pudesse ser organizado em relação à educação de estudantes PEE, diferentes programas foram lançados entre 2003 até meados de 2021, sendo eles: i. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade; ii. Programa de implantação de salas de recursos multifuncionais; iii. Programa Incluir; iv. Escola Acessível; v. Programa Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Especial; e vi. Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado. A respeito das formações para professores, Caiado e Laplane (2009) e Kassir e Rebelo (2018) afirmam que estas possuíam uma abordagem pontual e rápida, sendo que alguns municípios ficavam sobrecarregados e faltavam recursos para o acompanhamento das propostas. Além disso, de acordo com Garcia e Michels (2011) e Kassir e Rebelo (2018), apesar da implementação do programa das salas de recurso, por exemplo, ser considerada uma dos mais importantes para a Educação Especial, 50% dos estudantes atendidos não possuem acesso à tais salas.

Tratando-se do Programa Incluir, o objetivo principal é “fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Ifes”, ou seja, propor ações que garantam o acesso de estudantes PEE no Ensino Superior, mais precisamente nas Instituições Federais.

Com o passar dos anos e da mobilização da sociedade, em 2015 é promulgada a Lei nº 13.146, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), que estabelece todos os direitos destes indivíduos, inclusive o direito à educação. Em seu cap. IV, a LBI assegura um sistema educacional inclusivo *em todos os níveis*, inclusive o acesso à educação superior “em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas”, “de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem” (Brasil, 2015).

Após essa breve explicação, a próxima seção se dedicará a uma análise mais detalhada da atual realidade brasileira no Ensino Superior, com especial atenção aos estudantes PEE. Nosso objetivo é fornecer uma contextualização abrangente que permita compreender as circunstâncias e os contextos nos quais se desenrolou essa trajetória histórica. Para isso, examinaremos os principais marcos que moldaram o panorama educacional para os estudantes

PEE ao longo do tempo. Essa análise permitirá uma compreensão mais profunda das políticas e práticas educacionais voltadas para a inclusão desses estudantes no Ensino Superior no Brasil.

3 EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES E PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: A ACESSIBILIDADE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A conclusão de uma graduação é considerada, segundo Sparta e Gomes (2005), uma conquista não somente do estudante, mas também da própria família que, muitas vezes, vivenciou todo o processo junto. Almeida e Soares (2004) e Ribeiro (2005) reforçam que o diploma muitas vezes se torna requisito mínimo para se ingressar no mercado de trabalho.

Em conformidade com as exigências para área da educação no Ensino Superior, o Brasil experienciou, entre os anos 1990 e 2000, um aumento significativo da oferta de vagas para esta etapa do ensino. O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foram responsáveis por esse avanço segundo alguns autores (Da Silva, 2013; Alencar, 2014; Barros, 2015; Davok; Bernard, 2016; Gilioli, 2016; Barbosa, 2017).

Nos últimos 10 anos houve um aumento significativo no número de matrículas na rede federal, registrando um crescimento de 23,7%. No mesmo período, a rede estadual também apresentou aumento, porém com uma taxa mais moderada de 4,8%. Em contrapartida, a rede municipal experimentou uma expressiva redução de 58,7% (Brasil, 2022).

No ano de 2022 observamos uma ligeira variação negativa de 1,9% nas matrículas da rede federal. Em contraste, a rede estadual evidenciou um crescimento de 3,4%, enquanto a rede municipal de 3,3%. Esses dados refletem a dinâmica complexa do cenário educacional, evidenciando padrões distintos de evolução nas diferentes esferas de ensino.

Tabela 1 - Número de instituições de educação superior e matrículas de graduação, segundo a organização acadêmica (2022)

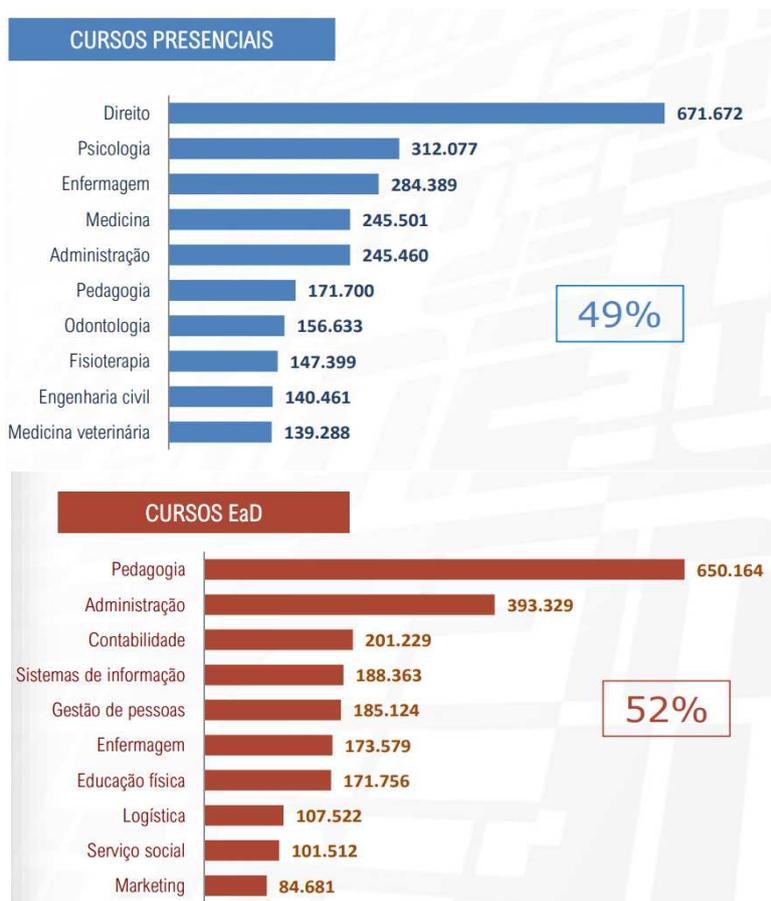
EDUCAÇÃO SUPERIOR				
Organização Acadêmica	Instituições		Matrículas	
	Total	%	Total	%
Total	2.595	100	9.443.597	100
Universidades	205	7,9	5.140.066	54,4
Centros Universitários	381	14,7	2.937.483	31,1
Faculdades	1.968	75,8	1.136.054	12,0
Ifes e Cefets	41	1,6	229.994	2,4

Fonte: Brasil (2022).

Em 2022, foram oferecidas 18.887.194 de vagas em cursos de graduação; dentre essas vagas, 28,1% são destinadas a cursos relacionados a área de negócios, administração e direito, 21,9% saúde e bem-estar, 17,9% educação, 9,6% engenharia produção e construção, 6,3% computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), 5,6% ciências sociais, comunicação e informação, 3,4% agricultura, silvicultura, pesca e veterinária, 2,9% serviços, 2,5% artes e humanidades e 1,4% ciências naturais, matemática e estatísticas.

A ocupação dessas vagas é maior na modalidade Educação a distância (EAD), como pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Proporção de vagas na modalidade EAD (2022)



Fonte: Brasil (2022).

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o aumento no número de ingressantes é ocasionado, exclusivamente, pela

modalidade a distância, que teve uma variação positiva nos últimos anos. Já nos cursos presenciais houve um decréscimo. Quando comparado entre 2021 e 2022, o número de ingressos variou negativamente nos cursos de graduação presenciais se comparado aos cursos à distância, conforme pode ser observado no Gráfico 2.

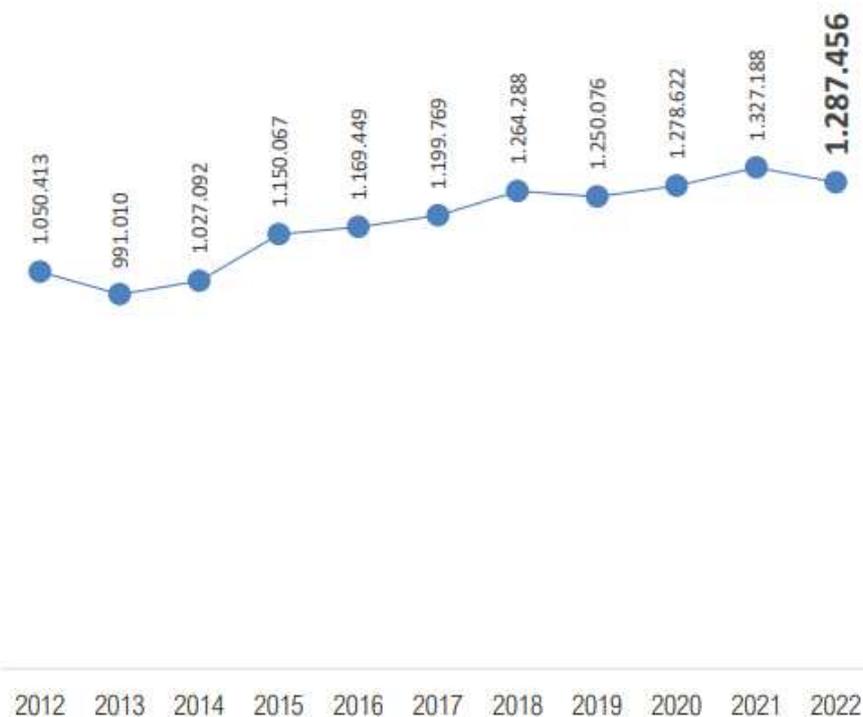
Gráfico 2 - Número de ingressantes em cursos de graduação, por modalidade de ensino e por tipo de vaga, segundo a categoria administrativa – Brasil (2022)



Fonte: Brasil (2022).

Nos últimos anos, temos observado um notável aumento no número de ingressantes em cursos de graduação a distância, superando a marca histórica de 3 milhões de novos estudantes em 2022. Em contrapartida, os cursos presenciais têm enfrentado uma diminuição contínua no número de ingressantes desde 2014. Em 2021 atingimos o menor patamar dos últimos 10 anos nesse aspecto. No entanto, em 2022, houve uma reversão dessa tendência, com um aumento no número de ingressantes em cursos presenciais.

Gráfico 3 - Número de concluintes em cursos de graduação Brasil (2012-2022)



Fonte: Brasil (2022).

Em 2022, mais de 1,2 milhão de estudantes concluíram cursos de graduação. Apesar dos números apresentados, muitos abandonam o Ensino Superior devido às mais diversas condições, seja econômica, social, emocional ou de cunho pessoal, acarretando a “evasão” que é “a saída definitiva do curso de origem sem conclusão, ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa” (Brasil, 1996, p. 19).

Sobre isso, Veloso (2000, p. 14) traz que:

A evasão de estudantes é um fenômeno complexo, comum às instituições universitárias no mundo contemporâneo. Nos últimos anos, esse tema tem sido objeto de alguns estudos e análises, especialmente nos países do primeiro mundo, e têm demonstrado não só a universalidade do fenômeno como a relativa homogeneidade de seu comportamento em determinadas áreas do saber, apesar das diferenças entre as instituições de ensino e das peculiaridades sócio-econômico culturais de cada país.

De acordo com Lobo (2012), há três tipos de evasão: a evasão do curso, da Instituição de Ensino Superior (IES) e a do sistema de ensino. De acordo com Velloso e Cardoso (2008), a compreensão sobre a evasão na Educação Superior varia entre os diversos autores que abordam o tema, gerando desafios para a comparação e podendo conduzir a interpretações equivocadas. Os autores ainda salientam que a mobilidade estudantil (isto é, a evasão do curso,

mas não da IES, ou mesmo da IES mas não do sistema) é um processo natural no sistema universitário, não sendo necessariamente ruim.

Aprofundando nossa compreensão do contexto abordado no Ensino Superior, adentraremos em uma reflexão que integra esta etapa crucial na vida de um cidadão aos desafios enfrentados pelo PEE dentro do ambiente universitário. A inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior é uma realidade em ascensão, impulsionada pelo fortalecimento das políticas de Educação Especial e Inclusiva, tanto no âmbito da Educação Básica quanto no Ensino Superior.

Por conta dessa nova realidade, Dechichi, Silva e Gomide (2008, p. 337) apontam que

A chegada de alunos com necessidades educacionais especiais aos cursos de graduação das universidades públicas tem revelado a necessidade emergencial que os aspectos educacionais relacionados ao processo de atendimento acadêmico deste grupo sejam trazidos ao debate, buscando oferecer condições mínimas de acesso e permanência dessa população no meio universitário.

É importante destacar que, apesar de as pesquisas mostrarem o aumento de matrículas desta população nas IES, como demonstrado na Tabela 2, é necessário acompanhar como vem ocorrendo a entrada e permanência desses estudantes, quais condições acadêmicas estão sendo oferecidas e quais adequações, em termos estruturais, arquitetônicos, comunicacionais ou pedagógicos, estão sendo executadas para que se cumpra o previsto no Art. 28 da LBI (Brasil, 2015):

- I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
- II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; [...]
- V – adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino; [...]
- XIII – acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

Tabela 2 - Número de matrículas, em cursos de graduação do Brasil, de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (2012-2022)

Ano	Número de Matrículas de Alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação	Percentual em Relação ao Total de Matrículas em Cursos de Graduação
2012	26.483	0,4%
2013	29.034	0,4%
2014	33.377	0,4%
2015	37.927	0,5%
2016	35.891	0,4%
2017	38.272	0,5%
2018	43.633	0,5%
2019	48.520	0,6%
2020	55.829	0,6%
2021	63.404	0,7%
2022	79.262	0,8%

Fonte: Brasil (2022).

Como podemos observar na tabela acima, nos últimos anos, o Brasil tem observado um aumento significativo no número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação em cursos de graduação. Esse fenômeno reflete a crescente conscientização e compromisso das IES e das políticas educacionais em promover a inclusão e a equidade no acesso à educação.

Entre 2011 e 2021 houve uma evolução perceptível no acesso desses estudantes ao Ensino Superior. Esse avanço é resultado de uma série de fatores, incluindo o fortalecimento das políticas de inclusão educacional, a sensibilização da sociedade para a importância da diversidade e a criação de ambientes acadêmicos mais acessíveis e inclusivos.

É essencial ressaltar que o crescimento nas matrículas não é apenas uma informação estatística, mas representa uma oportunidade valiosa para que pessoas com habilidades e necessidades diversas possam fazer contribuições significativas para a sociedade e para suas respectivas áreas de estudo. A presença da diversidade no ambiente acadêmico traz vantagens ao enriquecer a troca de conhecimentos e perspectivas entre os estudantes, fortalecendo o senso de comunidade e fomentando a empatia.

Entretanto, é igualmente relevante salientar que ainda existem desafios a serem enfrentados. A garantia de condições adequadas para a permanência e o sucesso acadêmico

desses estudantes, incluindo adaptações estruturais, pedagógicas e tecnológicas, continua sendo uma prioridade. Além disso, a conscientização sobre a importância da inclusão e o combate a preconceitos e estigmas são aspectos fundamentais para promover uma educação verdadeiramente inclusiva e igualitária.

Por muito tempo a PCD foi vista e compreendida, pela sociedade, apenas por um modelo médico de deficiência, ou seja, a “deficiência é consequência natural da lesão em um corpo, e a pessoa deficiente deve ser objeto de cuidados biomédicos” (Diniz, 2007, p. 15). Entretanto, a autora compreende que a deficiência deve ser entendida como parte da diversidade humana e discutida por uma perspectiva histórico-crítica, de lutas por justiça social, política, cultural e econômica.

O Decreto nº 7.611 de 2011, que dispõe sobre o AEE, em todos os níveis da educação, estabelece claramente em seu artigo 1º que o Estado possui como dever

- I – garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II – aprendizado ao longo de toda a vida;
- III – não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;
- IV – garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- V – oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- VI – adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;
- VII – oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e
- VIII – apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial. (Brasil, 2011)

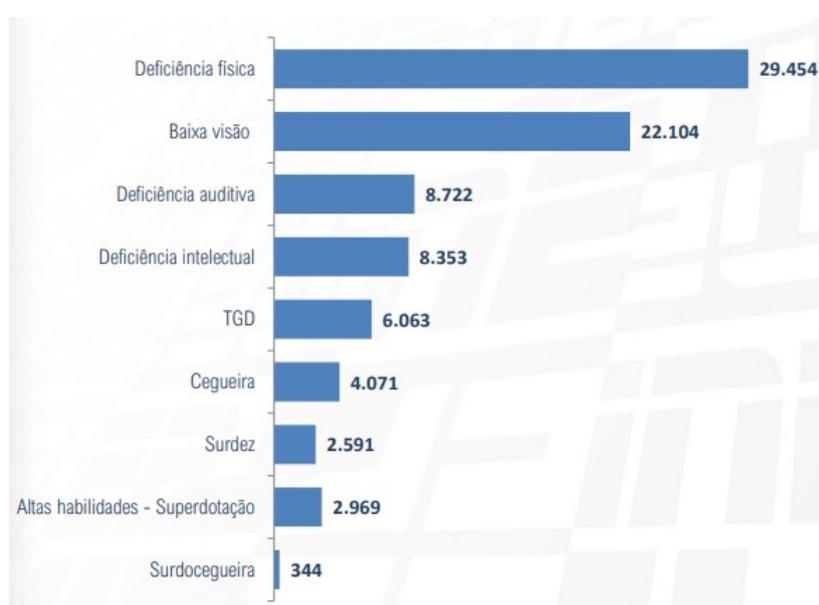
Este decreto recomenda a implementação de medidas para garantir o AEE no Ensino Superior, além de propor a criação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de Educação Superior com o objetivo de eliminar as barreiras físicas, de informação e de comunicação que impedem o acesso e o desenvolvimento acadêmico e social de universitários com deficiência.

Sendo assim, as IES precisam observar as necessidades de cada estudante com deficiência com vistas à implementação de ações de acessibilidade. O processo de inclusão no Ensino Superior ainda é um desafio, mesmo que a legislação assegure o acesso e a permanência, assim como é apontado por Moreira, Bolsanello e Seger (2011, p. 141):

[...] uma universidade inclusiva só é possível no caminhar em busca da mudança que vai eliminando barreiras de toda ordem, desconstruindo conceitos, preconceitos e concepções segregadoras e excludentes. É um processo que nunca está finalizado, mas que, coletivamente, deve ser constantemente enfrentado.

O aumento nas matrículas de pessoas com deficiência reflete um esforço coletivo envolvendo instituições educacionais, órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e a própria comunidade, para promover a equidade no acesso à educação. No entanto, é importante salientar que o simples aumento das matrículas não é suficiente; a qualidade do ensino e a efetiva inclusão desses estudantes são aspectos igualmente cruciais.

Gráfico 4 - Números de matrículas de acordo com a deficiência em 2022



Fonte: Brasil (2022).

Em relação aos números de matrículas de acordo com a deficiência, conforme apresentado no Censo 2022 (Gráfico 4), é perceptível um cenário de progresso e evolução no que diz respeito à inclusão educacional de pessoas com deficiência no Brasil. A disponibilidade desses dados é fundamental para monitorar e avaliar o avanço das políticas de inclusão, bem como para identificar desafios e oportunidades de melhoria.

Mesmo com os dados apresentados pelo Censo da Educação Superior (Brasil, 2022), as barreiras a serem enfrentadas são muitas, tanto de cunho arquitetônico, pedagógico, comunicacional e o mais complexo, o atitudinal. Mudar a forma de pensar a deficiência exige do docente que ele enxergue a potencialidade de seus estudantes e, diante disso, que tenha a

disposição para realizar as adequações necessárias com vistas ao sucesso no processo de ensino e aprendizagem destes, promovendo, dessa forma, uma educação realmente inclusiva. Desse modo, a acessibilidade no Ensino Superior ocorre por meio de ações que possibilitem o acesso, a permanência e a participação destes estudantes. Para tal, o planejamento e a organização de recursos e serviços para a viabilização da acessibilidade arquitetônica, de comunicações, de sistemas de informação e de materiais didáticos e pedagógicos devem ser disponibilizados desde os processos seletivos até em atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (Brasil, 2008).

Ao trazermos todo o histórico que envolve as pessoas com deficiência, com suas etapas que vão desde a exclusão até a inclusão, vinculando com este capítulo, almejamos a compreensão do contexto que envolve os estudantes da Educação Especial (PEE), destacando o crescimento das oportunidades de acesso à Educação Superior deste público historicamente marginalizado.

A seguir, procedemos à apresentação dos dados de nossa pesquisa e à análise destes, procurando compreender o processo de ensino e aprendizagem e quais estratégias adotadas pelos docentes no período de aulas remotas na UFU para seus estudantes PEE.

4 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E MIDIÁTICAS UTILIZADAS POR DOCENTES DA UFU PARA SEUS ESTUDANTES PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DURANTE O PERÍODO DE AULAS REMOTAS: O QUE DIZEM OS DADOS

Na elaboração deste capítulo, fundamentamo-nos nas bases teóricas discutidas anteriormente sobre educação inclusiva. Além disso, incorporamos outras fontes que abordam a formação de professores para o ensino superior, bem como os desafios enfrentados pelo PEE neste contexto inclusivo.

Diante da crescente necessidade de preparar as instituições para receber adequadamente os estudantes PEE, este capítulo propõe analisar as respostas da atuação dos professores da área de Ciências Biológicas na UFU, utilizando os dados coletados e a metodologia adotada.

Ao explorar esse movimento de inclusão nas universidades, apresentamos os resultados da pesquisa, destacando as ações individuais de cada docente e seu impacto na perspectiva inclusiva. Além disso, abordamos as concepções dos docentes universitários sobre a educação inclusiva, oferecendo reflexões fundamentadas na prática da docência universitária.

A identificação dos participantes da pesquisa baseou-se nas informações obtidas pelo formulário de questões (Apêndice A), proporcionando a delimitação de suas principais características.

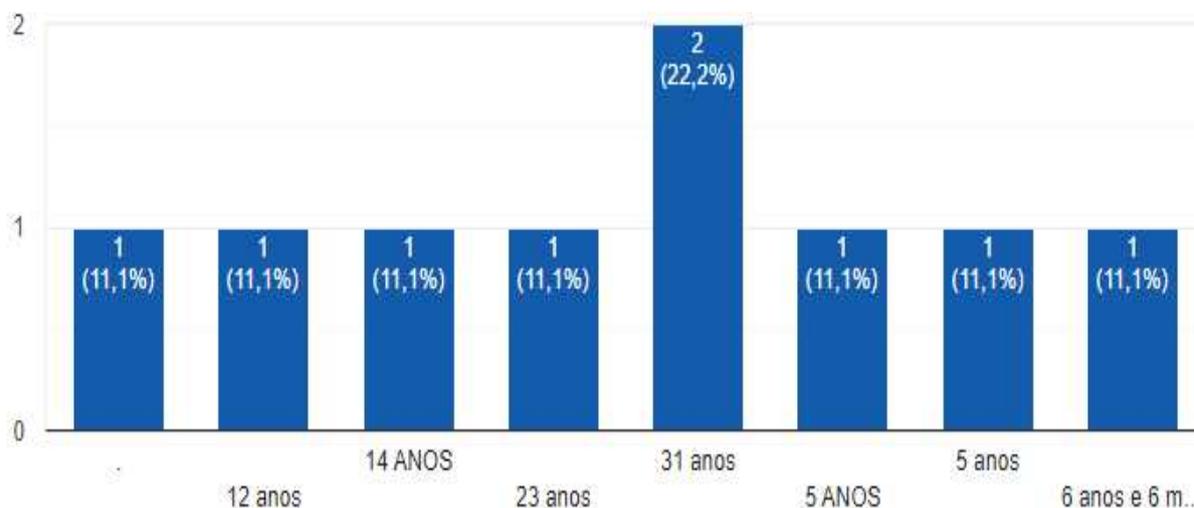
A delimitação da população abordada neste capítulo da pesquisa foi realizada por meio das informações coletadas no questionário aplicado, possibilitando a descrição de suas principais características. Como dito anteriormente, o recorte utilizado para selecionar os docentes envolvidos na pesquisa foi sua experiência em lecionar durante o período de aulas remotas (19/03/2021 a 06/11/2021), na UFU, em turmas que tiveram estudantes com deficiência.

O questionário foi enviado a 217 docentes, sendo que somente nove responderam. Este número baixo de adesão à pesquisa realizada através da internet corrobora a pesquisa realizada por Vasconcellos-Guedes e Guedes (2007) sobre as vantagens e limitações dos questionários eletrônicos via internet no contexto da pesquisa científica.

No total, a amostra é composta por 7 homens, 1 mulher e 1 docente que preferiu não se identificar. Quanto à formação acadêmica dos docentes, realizamos uma análise minuciosa dos currículos Lattes de cada participante identificado, revelando que 3 possuem pós-doutorado, 5 são doutores e 1 optou por não divulgar essa informação.

No que diz respeito ao tempo de serviço como docentes universitários, observamos uma variação significativa, de 5 a 31 anos de experiência, conforme Gráfico 5.

Gráfico 5 - Dados relativos ao tempo de experiência em docência no Ensino Superior

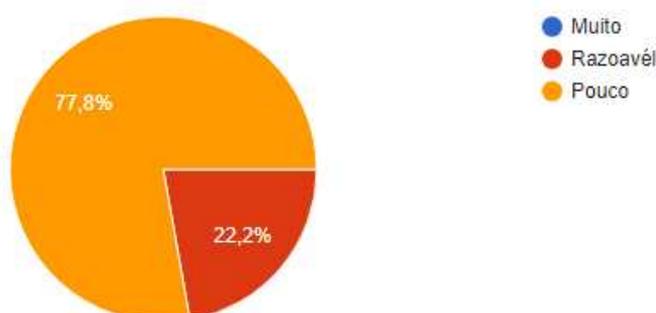


Fonte: Elaboração própria.

Todos os docentes que participaram desta pesquisa integram o corpo permanente de servidores da UFU, ministrando aulas na graduação e pós-graduação.

Ao serem questionados sobre a área da educação especial e qual conhecimento possuem acerca desta população, os dados representam que pouco mais de 75% dos entrevistados possuem pouco conhecimento e 22% consideram ter razoável conhecimento conforme aponta o gráfico abaixo:

Gráfico 6 - Dados sobre o conhecimento dos docentes acerca da Educação Especial



Fonte: Elaboração própria.

Tal dado nos instigou na busca pelo modo como a UFU vem proporcionando, aos docentes, as oportunidades necessárias para avançar em conhecimentos sobre a educação de estudantes PEE. Sendo assim, foi necessária uma busca junto ao departamento responsável por formações continuadas à docentes, a Divisão de Capacitação de Pessoal (DICAP). Este órgão possui um site com a grade de capacitações disponíveis anual ou semestralmente, de forma que é possível verificar os inscritos nas capacitações já ofertadas (UFU, 2022).

A DICAP possui a missão de planejar e desenvolver ações de formação e desenvolvimento profissional que possibilitem aos servidores efetivos da UFU melhor desempenho e bem-estar no exercício de suas atividades, sendo que possuem formações presenciais tais como Bem-estar com Yoga, Oficina de Alimentação Viva e Caminha Ecológica – Campus Glória. Contam também com as formações online, sendo algumas delas: Seminário de Integração ao Ambiente de Trabalho, Capacitação em Governança Pública, Gestão de Riscos e Controle Internos e Direitos e Deveres do Servidor Público Federal.

Dentro da DICAP, encontramos o Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento de Pessoas (LNDP), o qual possui as seguintes orientações: o Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento de Pessoas deve gerar uma troca interna entre todos os servidores de uma Unidade para que se identifiquem as demandas e metas a serem alcançadas. O LNDP deve ser preenchido pelos gestores das unidades administrativas e acadêmicas, em parceria com os servidores técnico-administrativos e docentes que compõem sua UORG. O ideal é que o gestor defina em reunião com a equipe quais são as necessidades de desenvolvimento mais importantes, considerando os objetivos institucionais, para então preencher o formulário que é encaminhado anualmente aos setores.

O LNDP é uma ferramenta utilizada na construção do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), que foi instituído pelo Decreto Nº 9991/2019. Este decreto dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), com o objetivo de promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Seu público-alvo é: Professores, Técnico Administrativos, Servidores recém ingressados na UFU e Servidores que estejam em estágio probatório.

Ao analisarmos os planos de desenvolvimento de pessoas nos deparamos com os seguintes dados: para o ano de 2020 foi planejada uma turma dentro da temática “Inclusão

das pessoas com deficiência no ambiente acadêmico”, com o enfoque de desenvolvimento como aprimoramento técnico, sendo um evento da modalidade de capacitação, podendo ser presencial ou não, uma carga horária programada de 30 horas, com capacidade para 30 cursistas e um investimento individual previsto em R\$ 150,16. Já para o ano de 2021, não encontramos o plano de desenvolvimento de formação disponível no site para análise.

Analisamos os anos de 2022 e 2023 no site da DICAP. Em 2022 encontramos um resultado muito similar ao de 2020, em que consta o planejamento de um curso com a temática “Inclusão das pessoas com deficiência no ambiente acadêmico”, com a intenção de aprimoramento técnico. Trata-se de um evento de capacitação de fato, podendo ser presencial ou EAD, com uma carga horária programada de 30 horas, com 30 vagas e custo individual de R\$ 150,16.

Já em 2023, a temática trazida no planejamento mudou o nome, sendo apresentadas duas propostas de curso, “Respeito às diferenças” e “Inclusão dos usuários com limitações”, porém sem detalhamento no PDP, como havíamos encontrado nos anos anteriores aqui apresentados.

A análise do planejamento de desenvolvimento de pessoas foi conduzida em um link específico de acesso, enquanto a agenda de cursos disponíveis foi examinada em outro link distinto. Embora os conteúdos estejam separados, todas as informações podem ser encontradas no site da DICAP.

Com base nos dados encontrados na pesquisa ao site de fornecimento de informações, observamos que, para o escopo de nossa pesquisa, não houve oferta de nenhum curso alinhado com o PDP - Inclusão das Pessoas com Deficiência no Ambiente Acadêmico, conforme descrito. Em outras palavras, não foi disponibilizado nenhum curso destinado ao aperfeiçoamento dos docentes relacionado à docência na Educação Especial, ou que abordasse a temática acerca de estratégias a serem utilizadas pelos docentes para seus estudantes com deficiência, em ambientes virtuais de ensino.

Mesmo não contemplando o recorte temporal de nossa pesquisa, realizamos um levantamento das formações ofertadas pela DICAP entre os anos de 2020 e 2023 para tentar encontrar alguma formação no que tange à educação inclusiva e ao PEE. No Anexo A é possível visualizar os cursos ofertados.

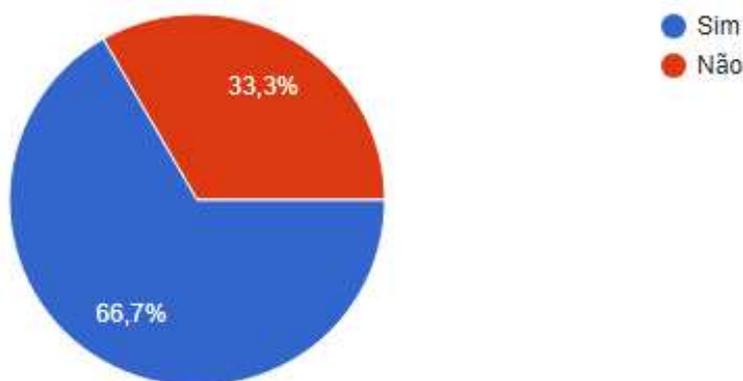
Após realizar a análise de uma forma mais abrangente, pudemos verificar que, em março de 2023, tivemos uma proposta de um curso de capacitação indo ao encontro do Plano de Desenvolvimento, com carga horária de 20 horas, presencial (06/03/2023 a 05/04/2023 -

segundas e quartas-feiras - 9h às 11h), com o título: “Diversidades Humanas no Contexto Universitário”. Porém, nenhum dos docentes participantes desta pesquisa estavam inscritos na capacitação. A presente situação evidencia que, apesar do ingresso cada vez maior de estudantes PEE nos cursos de graduação, a universidade ainda não desempenha de maneira eficaz seu papel no processo e formação continuada na área da inclusão junto ao seu corpo docente.

Continuando com as análises das respostas do questionário, em uma das questões intencionamos saber se os docentes tinham algum conhecimento acerca da Educação Especial. Dos nove docentes, seis afirmaram não ter conhecimento sobre a área, dois não responderam e somente um afirmou que teve uma disciplina de Educação Inclusiva no seu curso de Formação Docente para Educação Profissional.

Após esta questão, perguntamos se haveria interesse em aprofundar o conhecimento sobre a educação de estudantes com deficiência. O gráfico abaixo mostra os resultados desta questão:

Gráfico 7 - Interesse em aprofundar o conhecimento sobre a educação de estudantes com deficiência



Fonte: Elaboração própria.

Este resultado nos revela que uma porcentagem significativa dos docentes se coloca à disposição para obter conhecimento acerca de como proceder em relação às necessidades educativas de estudantes com algum tipo de deficiência, ou seja, têm consciência de seu papel na promoção de uma educação de qualidade, assim como prevê nossa legislação. Entretanto, os dados também revelam a falta de conscientização de alguns docentes, indo de encontro ao que Moreira, Bolsanello e Seger (2011) nos apresentam como o ideal de uma

universidade realmente inclusiva, ou seja, aquela que exclui qualquer tipo de barreira, inclusive as de ordens atitudinais e preconceituosas. A entrada cada vez maior de estudantes PEE no Ensino Superior traz a necessidade de enfrentamento de atitudes excludentes por parte da comunidade acadêmica, entre eles os próprios docentes, além de uma demanda por formação continuada no que tange aos docentes compreenderem as características e necessidades educativas desta população.

Ao serem perguntados sobre os recursos utilizados juntos aos estudantes PEE, obtivemos as seguintes respostas:

Quadro 1 - Adequações pedagógicas e avaliativas, recursos tecnológicos e outros no processo de ensino e aprendizagem utilizados

Participante	Resposta
P1	SIM. Aumento do tempo para realização de atividades avaliativas / ambiente propício
P2	Sim. uma aluna utilizava aparelho auditivo e para realizar ausculta adaptei um instrumento para colocar na orelha a fim dela auscultar o paciente.
P3	sim, vídeos postados no Youtube
P4	Não tive estudante com deficiência.
P5	Estou ministrando disciplina para um aluno especial nesse semestre (2023-1)
P6	.
P7	Sim. Apoio de um intérprete em Libras durante as aulas online
P8	Não
P9	não, até o momento não houve demanda (não tivemos estudante com deficiência)

Fonte: Elaboração própria.

Neste cenário, observamos a falta de entendimento dos docentes em relação à pergunta, uma vez que a intenção era compreendermos quais adequações foram realizadas, por eles, no processo de ensino de seus estudantes com algum tipo de deficiência. Não havia a possibilidade de respostas fechadas como “sim” e “não”. Dessa forma, as respostas não possibilitaram obtermos informações relevantes que nos dessem respostas aos nossos objetivos.

A próxima questão refere-se às dificuldades que os docentes encontraram no processo de ensino e aprendizagem do estudante com deficiência, conforme pode ser visualizado no Quadro 2.

Quadro 2 - Maior dificuldade, como docente, no processo de ensino e aprendizagem do estudante com deficiência

Participante	Resposta
P1	ENTENDER AS PARTICULARIDADES DE CADA DEFICIÊNCIA
P2	língua de sinais
P3	Falta de apoio da Universidade, fomos abandonados na pandemia, aliás estamos abandonados por uma reitoria de aposentados.
P4	Não tive estudantes com deficiência.
P5	Acredito que foi desconhecer os alunos
P6	.
P7	Saber se a estudante estava realmente entendendo o conteúdo da disciplina
P8	Falta de recursos (formação ou ferramentas)
P9	não tive estudante com deficiência até o momento

Fonte: Elaboração própria.

As respostas revelam um contexto desafiador no que diz respeito à compreensão das particularidades de cada deficiência, trazendo uma indicação específica, principalmente no que se refere à falta de formação na área de educação inclusiva por parte da universidade. A falta deste apoio da Universidade, demonstrada pela sensação de abandono durante a pandemia, é um indicativo da necessidade da instituição se ajustar às atuais demandas da educação. O viés político também é apresentado pela insatisfação quanto à gestão acadêmica.

Em relação à ausência de tais estudantes, mencionada por dois docentes, não reflete necessariamente a realidade dos cursos visto que, no período das aulas remotas, muitos estudantes PEE ficaram invisibilizados, como demonstra o estudo de Eufrazio (2022) quando problematiza a complexidade vivida no período pandêmico em que o isolamento social reafirmou as práticas segregativas dessa parcela populacional na educação.

O cuidado em garantir que os estudantes estejam realmente compreendendo o conteúdo da disciplina demonstra uma consciência da importância da equidade e da necessidade de adaptações e adequações para melhor atender às necessidades individuais de cada estudante. O estudo documental de Siqueira e Santana (2010) sobre o Projeto Incluir e a acessibilidade nas IES nos mostra que, por vezes, mudanças simples no fazer didático ou mesmo proporcionar a conscientização dos próprios discentes em relação à inclusão dos estudantes PEE, entre outros, já fazem a diferença no ambiente acadêmico. Lidar com tais questões demanda do docente e da instituição não só uma predisposição para lidar com o novo, mas um reaprender a olhar sobre a própria educação. A ausência de recursos, seja em termos de formação docente ou ferramentas digitais, é vista como uma barreira que precisa ser eliminada a fim de proporcionar um ambiente de aprendizagem mais equitativo e justo.

Também é importante ressaltar que, embora os resultados aqui indiquem a ausência de estudantes com deficiência em algumas disciplinas, é importante que os docentes estejam preparados e sensibilizados para vivenciar a diversidade em sala de aula, promovendo uma educação que atinja a todos. Essas análises apontam para a necessidade de aperfeiçoamento nas práticas educacionais, na infraestrutura e no suporte institucional, com a meta de criar espaços mais acessíveis e inclusivos para todos os estudantes.

Quando questionamos acerca das possíveis dificuldades encontradas pelos estudantes PEE nas aulas, obtivemos as seguintes respostas:

Quadro 3 - Identificação de dificuldade enfrentada pelo estudante neste período de aulas remotas

Participante	Resposta
P1	SIM. ATENÇÃO AS AULAS E APRENDIZADO PREJUDICADO
P2	não
P3	A maioria dos estudantes não tem um computador direito em casa, \$\$\$\$
P4	Não tive estudante com deficiência.
P5	Sim déficit de atenção
P6	.
P7	A estudante frequentou quase todas as aulas, mas deixou de fazer as atividades avaliativas
P8	Sim. Acompanhamento das aulas de metodologias ativas por pessoas com deficiência auditiva
P9	não se aplica

Fonte: Elaboração própria.

A análise dos resultados da questão revela uma diversidade de desafios no ambiente acadêmico que vão desde questões que envolvem as condições socioeconômicas dos estudantes até problemas relacionados às características individuais destes estudantes, concernentes, muitas vezes, da própria deficiência e que deveriam, a priori, serem levadas em conta durante o processo de ensino e aprendizagem, o que exigiria por parte do docente uma metodologia diferenciada, inclusive em termos avaliativos.

Em uma revisão da literatura realizada por Pimentel e Miranda (2021, p. 1) sobre como os estudantes com deficiência foram incluídos no ensino remoto em cursos de graduação, chegou-se à conclusão de que, por um lado, houve “um silenciamento acadêmico sobre a inclusão de estudantes com deficiência no ensino remoto emergencial” e “uma tendência de investimentos institucionais em recursos digitais acessíveis e pouca ênfase em acessibilidade metodológica no ensino mediado por tecnologias”.

Esses dados ressaltam as dificuldades do panorama acadêmico aqui abordadas, reforçando a importância de respeitar as características de cada estudante, o que é oportunizado por abordagens distintas, estratégias pedagógicas adaptadas e ampliação dos recursos tecnológicos acessíveis, visando criar um contexto acadêmico equitativo e eficaz.

Com objetivo de saber o aproveitamento destes estudantes nas disciplinas cursadas, o quadro abaixo traz os seguintes resultados:

Quadro 4 - Aproveitamento em relação ao processo de ensino e aprendizagem, envolvimento e dedicação em sua disciplina

Participante	Resposta
P1	NÃO
P2	não ministrei aula para alunos especiais no tempo remoto.
P3	sim, pelo contato direto, hoje é minha aluna de IC
P4	Não tive aluno com deficiência.
P5	Médio, a dificuldade de ver as suas expressões faciais e confirmar ou refutar a minha percepção
P6	.
P7	Não foi possível avaliar pois ela não realizou as atividades avaliativas
P8	Sim, mas com pequenos prejuízos
P9	Não se aplica, não tivemos parâmetros para esta avaliação

Fonte: Elaboração própria.

Novamente, apesar de termos obtido respostas superficiais, podemos versar sobre a pouca experiência e conhecimento dos docentes a respeito de seus estudantes PEE em contexto de aulas remotas. Ressaltamos a resposta do docente P3, cuja estudante atualmente faz Iniciação Científica (IC). Isso nos mostra que, quando o docente ultrapassa a barreira atitudinal e foca nas potencialidades de seu estudante PEE, as possibilidades no caminho acadêmico e profissional se abrem para estes estudantes (Matos, 2015), além de serem acrescentadas novas formas de viver a docência (Nogueira; Nogueira, 2014).

A próxima questão do questionário versou sobre o apoio da universidade no que tange à disponibilização de recursos de acessibilidade.

Quadro 5 - Disponibilização da UFU de recurso de acessibilidade para auxiliá-lo(a) no processo de ensino e aprendizagem de seu estudante com deficiência

Participante	Resposta
P1	NÃO
P2	desconheço.
P3	Nada, essa reitoria só se importa com reeleição.
P4	Não tive aluno com deficiência.
P5	Não
P6	.
P7	Sim. Intérprete em Libras para todas as aulas
P8	Sim, mas não se adequou a metodologia utilizada
P9	Não conheço, pois não tivemos estudante com deficiência

Fonte: Elaboração própria.

Observamos duas respostas afirmativas, sendo que uma diz respeito ao intérprete de Libras em sala de aula. Segundo a LBI (2015), todo estudante surdo tem direito a este profissional, sem o qual não há a menor possibilidade de participação no processo de aprendizagem; portanto, constatamos que, nesta questão, a UFU cumpre com sua obrigação. A resposta de P8 nos faz refletir sobre a necessidade do docente encontrar formas para que seu estudante tenha acesso ao conhecimento. Ter um estudante com deficiência significa, muitas vezes, pensar sobre a demanda intrínseca a ela e identificar as condições necessárias para a aprendizagem; além disso, a instituição deve repensar a inclusão proporcionando condições a estes estudantes e, também, condições mais adequadas de trabalho para o docente (Nogueira; Nogueira, 2014).

Dos nove docentes, cinco relatam que desconhecem iniciativas da universidade em disponibilizar recursos de acessibilidade para auxiliá-los no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência. A LBI (2015), em seu Art. 28, deixa clara a responsabilidade das instituições de ensino em garantir o direito à educação deste público, oferecendo todas as condições para isso:

II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

[...]

IX – adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

X – adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado. (Brasil, 2015)

Portanto, não prover estes estudantes de seus direitos é ir contra a própria legislação.

Por fim, solicitamos aos docentes que deixassem sugestões e/ou críticas para situações futuras.

Quadro 6 - Sugestões e/ou críticas acerca da acessibilidade, no processo do ensino e aprendizagem, para estudantes com deficiência da Universidade Federal de Uberlândia

Participante	Resposta
P1	OBRIGADO
P2	Sempre que houver um discente com deficiência, algum profissional da área de educação esteja junto, auxiliando este professor.
P3	Nem calçamento direito temos no Umuarama, pra reitoria só existe o entorno da reitoria.
P4	Acredito que deva haver maior atenção à formação dos docentes. Sinto que não estamos preparados para receber alunos com deficiência.
P5	Acredito que a universidade deveria propor uma capacitação docente para alunos com deficiência
P6	.
P7	Curso de capacitação
P8	Sem sugestões
P9	Não se aplica

Fonte: Elaboração própria.

A questão da formação continuada ou capacitação acerca da educação inclusiva, principalmente no concernente à demanda que envolve estudantes com deficiência, se faz presente nas respostas. A necessidade de capacitação nesta área emergente se faz essencial na atualidade, pois, sem as condições estruturais necessárias, não haverá uma educação inclusiva de qualidade no Brasil. São políticas que precisam ser ressignificadas para enfrentar o processo de inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior.

5 PARA NÃO CONCLUIR...

Com o intuito de alcançar o objetivo geral de refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes PEE durante o período de aulas remotas na UFU devido à pandemia de covid-19, esta pesquisa foi estruturada com base em cinco objetivos norteadores.

O primeiro deles consistiu na realização de um levantamento das produções científicas pertinentes à temática, visando uma análise detalhada e uma discussão fundamentada dos dados coletados. Em seguida, em uma segunda etapa, buscamos identificar as disciplinas vinculadas à área das Ciências Biológicas que obtiveram um aproveitamento de 100%, a fim de verificar se nelas havia a presença de estudantes com deficiência matriculados.

Em um terceiro momento, ocorreu à aplicação de um questionário junto aos docentes responsáveis por tais disciplinas, com o propósito de compreender suas práticas pedagógicas específicas e o uso de recursos midiáticos durante o ensino remoto. Em seguida, efetuamos uma análise das estratégias pedagógicas e midiáticas empregadas pelos docentes que tiveram estudantes com deficiências em suas turmas.

Por fim, os resultados foram criteriosamente discutidos, destacando-se a natureza preliminar deste estudo e sua inserção em um projeto de pesquisa mais amplo. Ressaltamos que esta investigação se insere em um contexto de pesquisa mais abrangente e que seu desenvolvimento continuará sob a condução de outros pesquisadores, garantindo a continuidade e o enriquecimento das análises sobre o tema.

O cumprimento do primeiro objetivo desta pesquisa, que consistiu no levantamento inicial e na revisão da literatura, revelou um panorama intrigante. Inicialmente, exploramos uma ampla gama de estudos, utilizando filtros abrangentes. Contudo, à medida que nos aproximamos do foco específico desta dissertação, percebemos uma redução significativa no número de pesquisas disponíveis. Esse fenômeno nos levou a uma reflexão profunda sobre a real extensão do interesse acadêmico em torno dessa temática.

Apesar de ser um assunto recorrentemente discutido, constatamos que sua centralidade como objeto de pesquisa ainda não foi plenamente alcançada. Essa constatação ressalta a necessidade de uma compreensão mais clara da importância e da complexidade desse tema, bem como a urgência de estudos mais aprofundados para preencher essa lacuna de conhecimento.

O engajamento dos pesquisadores em explorar os desafios que permeiam o Ensino Superior, a Educação Especial e a experiência dos graduandos com deficiência, bem como as estratégias, metodologias e acessibilidade relacionadas a esses temas, são fundamentais para avançar o conhecimento e trazer resultados significativos. É essencial que haja um aumento na pesquisa nesses campos, a fim de gerar um impacto tangível.

Essa abordagem busca, primordialmente, fornecer subsídios para os responsáveis governamentais desenvolverem uma compreensão mais abrangente e refinada das questões em pauta. Isso pode levar a uma implementação mais efetiva das leis e políticas públicas pertinentes, garantindo que estas deixem de ser meras formalidades escritas e passem a ser incorporadas no cotidiano, na prática tanto dos educadores quanto dos estudantes.

Para concretizar o segundo objetivo, a realização da etapa transcorreu de forma fluida e sem contratempos significativos. Isso se deve, em parte, à abrangência do projeto e ao engajamento de todos os pesquisadores envolvidos no projeto guarda-chuva. Inicialmente, um documento inicial foi elaborado, sem a aplicação de filtros específicos, o que permitiu uma análise ampla do material disponível. Posteriormente, quando aplicamos os critérios de filtragem para chegar ao nosso resultado, o processo ocorreu de maneira eficiente e sem grandes complexidades. Essa abordagem cuidadosamente planejada e executada possibilitou uma triagem criteriosa dos dados, garantindo a qualidade e a confiabilidade dos resultados obtidos.

No cumprimento do terceiro objetivo, deparamo-nos com um número significativo de docentes que satisfizeram nossos critérios de pesquisa: ministraram disciplinas durante o período determinado pelo nosso recorte temporal e obtiveram um índice de aproveitamento de seus alunos de 100%. Além disso, estabelecemos outro filtro importante para nossa investigação: a presença de estudantes pertencentes ao PEE.

Contudo, ao analisarmos os dados, observamos que o ingresso de estudantes PEE na UFU ainda está aquém do esperado. Além disso, percebemos que o envolvimento dos docentes na pesquisa foi limitado, resultando em um fornecimento de informações abaixo do desejado, apesar de todos os esforços realizados para identificar e contatar os participantes. Essa constatação destaca a necessidade de uma maior conscientização e engajamento por parte da comunidade acadêmica em relação às questões relacionadas à inclusão educacional.

O quarto objetivo visou analisar as respostas fornecidas pelos docentes participantes. Em certos casos, as respostas pareciam ser meramente protocolares, sugerindo uma participação mais superficial, o que chama a nossa atenção, especialmente considerando o papel dos

docentes como mediadores de conhecimento e o constante rigor que aplicamos ao cobrar empenho e participação dos nossos estudantes. Quando nos colocamos na posição de entrevistados em uma pesquisa, devemos nos comprometer da mesma forma que cobramos de nossos próprios estudantes, reconhecendo a importância de uma pesquisa científica.

Refletir sobre os resultados obtidos foi crucial para o desenvolvimento desta pesquisa, pois alguns aspectos se tornaram evidentes. Primeiramente, destacamos a falta de acessibilidade adequada, tanto para os docentes quanto para os discentes. Além disso, as incertezas em torno do ambiente das aulas online foram ressaltadas, com um docente mencionando a dificuldade em determinar se os alunos estavam verdadeiramente compreendendo o conteúdo. Esses *insights* destacam a importância de abordar questões de acessibilidade e eficácia do ensino remoto, além de nos instigar a considerar como podemos melhorar nossa própria abordagem ao ensinar, principalmente quando há estudantes PEE.

Fomos confrontados com a fragilidade do processo que se desenrolou. Afinal, se não foi possível realizar adaptações e garantir pleno acesso à educação dos graduandos com deficiência, como avaliar a qualidade do ensino? É surpreendente pensar que, apesar das dificuldades, a estudante relatada nas respostas tenha concluído o semestre com um aproveitamento de 100%. No entanto, essa situação nos leva a refletir sobre a qualidade da formação que a graduanda e outros com deficiência estão recebendo e como isso poderá influenciar seu desenvolvimento profissional, por exemplo.

Ao analisarmos o contexto institucional, é importante questionar quais formações foram oferecidas aos docentes envolvidos e quais programas de aperfeiçoamento estão sendo incorporados em suas práticas diárias. Embora todos tenham enfrentado um desafio novo, sendo algo inédito para muitos, uma universidade precisa contar com um corpo docente competente capaz de mitigar os impactos negativos que ainda existem no sistema educacional brasileiro. Além disso, é crucial considerar a disponibilidade de oportunidades de aprimoramento externas à universidade, caso necessário.

Essas reflexões nos incentivam a repensar nossas práticas e a investir em uma formação continuada que promova a excelência no ensino e na inclusão, garantindo que todos os estudantes tenham acesso equitativo e de qualidade à Educação Superior. Oferecer um ambiente verdadeiramente inclusivo vai muito além de simplesmente garantir o cumprimento da legislação de cotas: trata-se de criar um espaço onde todos os estudantes se sintam genuinamente acolhidos e apoiados em sua jornada educacional. Isso significa não apenas

permitir o acesso, mas também fornecer o suporte necessário para que os estudantes ingressem e permaneçam nesse ambiente educacional, independentemente de suas origens, habilidades ou necessidades.

A verdadeira inclusão envolve reconhecer e valorizar a diversidade de experiências, perspectivas e potencialidades de cada estudante. Trata-se de garantir que eles não se sintam excluídos, segregados ou marginalizados, mas plenamente integrados em seu processo de aprendizagem, com todas as suas habilidades e talentos reconhecidos e nutridos, tanto dentro quanto fora da sala de aula.

Além disso, promover a equidade é fundamental nesse processo. Equidade significa reconhecer as diferenças individuais e fornecer o apoio necessário para que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de sucesso. Isso pode envolver a implementação de políticas e práticas que abordem a acessibilidade, como acesso a recursos educacionais, recursos digitais e o desenvolvimento de estratégias específicas para atender às necessidades de grupos historicamente marginalizados ou sub-representados.

Portanto, construir um ambiente inclusivo e equitativo requer um compromisso contínuo com a promoção da diversidade, da justiça e da igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de suas circunstâncias individuais. É um processo de constante reflexão e aprimoramento, com o objetivo final de garantir que cada estudante possa alcançar seu pleno potencial e contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Liliana de Mello Braz. **A evasão discente no contexto da reestruturação universitária: o caso dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- ALMEIDA, Leandro S.; SOARES, Ana Paula. Os estudantes universitários: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. MERCURI, E.; POLYDORO, S. A. J. (org.). **Estudante universitário: características e experiências de formação**. Taubaté: Cabral, 2004. p. 15-40.
- APAE BRASIL. **Quem somos**. Disponível em: <https://apaebrasil.org.br/conteudo/quem-somos>. Acesso em: 15 out. 2023.
- APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2009.
- ARAÚJO, Ellen Thallita Hill; ALMEIDA, Camila Aparecida Pinheiro Landim; VAZ, Jaiana Rocha; MAGALHÃES, Edilane Jales Leite; ALCANTARA, Carlos Henrique Lima; LAGO, Eliana Campêlo. Use of Social Networks for Data Collection in Scientific Productions in the Health Area: Integrative Literature Review. **Aquichan**, [s. l.], v. 19, n. 2, 2019. DOI: 10.5294/aqui.2019.19.2.4. Disponível em: <https://aquichan.unisabana.edu.co/index.php/aquichan/article/view/9787>. Acesso em: 12 nov. 2023.
- BARBOSA, João Paulo Gomes et al. A adoção do SISU e a evasão na Universidade Federal de Uberlândia. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 2, p. 722-738, 2017. <https://doi.org/10.21723/riaee.v12.n2.8352>.
- BARCELOS, Liliam Guimarães de. **Disputas pela constituição do público-alvo da educação especial nas políticas educacionais no Brasil**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/214891/PEED1460-D.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.
- BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: Limites e possibilidades. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015. <https://doi.org/10.1590/ES0101-7330201596208>.
- BRASIL. **Decreto nº 48.961, de 22 de setembro de 1960**. Institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais. Brasília, 1960.
- BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1961.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 1971.

BRASIL. **Decreto nº 93.613, de 21 de novembro de 1986.** Altera o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP em Secretaria de Educação Especial – SESPE. 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de novembro 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, 1989.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994a.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 02, de 2 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação. Brasília, DF, 2 set. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Política e resultados educação especial (1995 – 2002).** Brasília, DF: MEC, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF, jan. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 2011a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm Acesso em: 26 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Oficial da União, Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 29 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17434-programaeducacao-inclusiva-direito-a-diversidade-novo>. Acesso em: 19 mar. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2022** – Divulgação dos resultados. Brasília, out. 2022. 79 p. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 19 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/194-secretarias112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17430-programa-implantacaode-salas-de-recursos-multifuncionais-novo>. Acesso em 19 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Incluir**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>. Acesso em: 19 mar. 2023.

CAIADO, Katia Regina Moreno; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. Programa Educação inclusiva: direito à diversidade-uma análise a partir da visão de gestores de um município-polo. **Educação e Pesquisa**, Butantã, v. 35, n. 2, p. 303-315, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v35n2/a06v35n2.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2023.

DA SILVA, Glauco Peres. Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 18, n. 2, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000200005>.

DAVOK, Delsi Fries; BERNARD, Rosilane Pontes. Avaliação dos índices de evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 503-522, jul. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <https://doi.org/10.1590/S1414-40772016000200010>.

DECHICHI, C.; SILVA, L. C.; FERREIRA, J. M. **Curso Básico: educação especial e atendimento educacional especializado**. Uberlândia: EDUFU, 2012.

DECHICHI, C.; SILVA, L. C.; GOMIDE, A. B. Projeto Incluir: acesso e permanência na UFU. In: DECHICHI, C.; SILVA, L. C. da. **Inclusão Escolar e Educação Especial: teoria e prática na diversidade**. Uberlândia: EDUFU, 2008.

Dicio - Dicionário Online de Português. **Inclusão**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/inclusao/>. Acesso em: 02 jun. 2024.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 08 jun. 2023.

DELEVATI, Aline de Castro. **A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2007-2018): desafios para a constituição de sistemas educacionais inclusivos no Brasil**. Orientador: Prof. Dr. Claudio Roberto Baptista. 2021. 290 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/221552>. Acesso em: 18 mar. 2023.

DIAS, Sueli de Souza; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 19, n. 2, p. 169-182, junho 2013.

DINIZ, Debora. **Modelo social da deficiência: a crítica feminista**. Brasília: Letras Livres, 2003.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

EUFRAZIO, Deise Moreira. **A invisibilidade dos alunos com deficiência no ensino remoto emergencial**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tramandaí, 2022.

FERNANDES, Lorena Barolo; SCHLESENER, Anita; MOSQUERA, Carlos. Breve Histórico da Deficiência e seus Paradigmas. **Revista InCantare**, [s.l.], abr. 2014. ISSN 2317-417X.

FERREIRA, Juliene Madureira; DECHICHI, Claudia; SILVA, Lázara Cristina da. **Curso básico: educação especial e atendimento educacional especializado**. 1. ed. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2012. 252 p. v. 1.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/87561?show=full>. Acesso em: 18 mar. 2023.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 - educação especial da ANPED. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 105-124, 2011. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/G89VhYqSyh7VqLbhb5hF4Xm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2023.

GILIOI, Renato de Sousa Porto. **Evasão em instituições federais de ensino superior no Brasil: expansão da rede, Sisu e desafios**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016.

JANNUZZI, Gilberta de Martino; CAIADO, Kátia Regina Moreno. **APAE: 1954 a. 2011 – algumas reflexões**. Campinas: Autores Associados, 2013.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 41-58, 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/QnsLXV5R9QBcHpTc4qMQ9Tr/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 19 mar. 2023.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos. Abordagens da Educação Especial no Brasil entre Final do Século XX e Início do Século XXI. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 51-68, 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/zykqKsDdgtM8GJXsctSYQjJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em 19 mar. 2023.

KUHNEN, Roseli Terezinha. A concepção de deficiência na política de educação especial brasileira (1973-2016). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 329-334, 2017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/zy6xH5wSzJDtVkhF7BKtQYt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LAPLANE, Adriana Lia Frizman de; CAIADO, Katia Regina Moreno; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. As relações público-privado na educação especial: tendências atuais no Brasil. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 46, p. 40-55, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/25497>. Acesso em: 18 mar. 2023.

LOBO, L. F. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. 464 p.

LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções**. São Paulo: Instituto Lobo, 2012. Disponível em: https://www.institutolobo.org.br/core/uploads/artigos/art_087.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

MATOS, Aline Pereira da Silva. **Práticas pedagógicas para inclusão de estudantes com deficiência na educação superior: um estudo na UFRB**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 231 p.

MENDES, Enicéia Goncalves. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional**. 1995. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Acesso em: 18 mar. 2023.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, 387-405, set./dez. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. História, deficiência e educação especial. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 15, p. 1-7, 2004.

MOREIRA, L.C.; BOLSANELLO, M.A.; SEGER, R.G. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 125-143, jul./set. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000300009. Acesso em: 26 mar. 2023.

NOGUEIRA, Lilian de Fatima Zaroni; NOGUEIRA, Eliete Jussara. Inclusão de deficientes no ensino superior: o trabalho docente frente ao processo de inclusão. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, v. 16, n. 2, 2014.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Resolução 61/606, 13/12/06. Nova York: 2006.

PACHECO, J. **Caminhos para a Inclusão: Um guia para o aprimoramento da equipe docente**. Porto Alegre: Artmed, 2006. 234 p.

PICOLLO, Gustavo Martins; MENDES, Enicéia Gonçalves. Sobre formas e conteúdos: a deficiência como produção histórica. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 1, 283-315, jan./abr. 2013. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2013v31n1p283>.

PIMENTEL, Susana Couto; MIRANDA, Theresinha Guimarães. Estudantes com deficiência no ensino remoto: notas sobre práticas construídas na educação superior. **Saberes: Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação**, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 64-84, 2021.

RIBEIRO, D. M.; GOMES, A. M. Barreiras atitudinais sob a ótica de estudantes com deficiência no ensino superior. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 24, p. 13-31, 2016. DOI: 10.22481/praxis.v13i24.927. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/927>. Acesso em: 20 out. 2023.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. O projeto profissional familiar como determinante da evasão universitária-um estudo preliminar. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 6, n. 2, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, p. 743-760, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/BcRszVFxGBKxVgGd4LWz4Mg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2023.

SILVEIRA, Claudia Regina. **Metodologia de Pesquisa**. Florianópolis: IF-SC, 2011.

SIQUEIRA, I.; SANTANA, C. da S. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 1, p. 127-136, jan./abr. 2010.

SPARTA, Mônica; GOMES, William B. Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 6, n. 2, 2005.

UFU - Universidade Federal de Uberlândia. **Divisão de Capacitação de Pessoal (DICAP)**. ago. 2022. Disponível em: <https://progep.ufu.br/capacitacao>. Acesso em: 18 mar. 2023.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien/Tailândia, 1990.

VASCONCELLOS-GUEDES, L.; GUEDES, L. F. A. E-surveys: Vantagens e Limitações dos Questionários Eletrônicos via Internet no Contexto da Pesquisa Científica. In: SEMEAD - SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO, 10., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2007.

VELLOSO, Jacques; CARDOSO, Claudete Batista. Evasão na educação superior: alunos cotistas e não-cotistas na Universidade de Brasília. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 31., 2008, Caxambú. **Anais...** Caxambú: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2008.

VELOSO, Thereza Cristina M. A. **A Evasão nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Cuiabá 1985/2 a 1995/2 – Um processo de Exclusão.** 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2000.

ANEXO A - Relação de cursos ofertados pela DICAP de 2020 até 2023



Inglês para Iniciantes

Inscrições encerradas

42 horas - 25 vagas

Período de realização: 17/02/2020 - 08:00 até 27/05/2020 - 09:30



Coaching e desenvolvimento profissional no setor público

Inscrições encerradas

30 horas - 25 vagas

Período de realização: 17/02/2020 - 13:30 até 25/03/2020 - 16:30



Seminário de Integração ao Ambiente de Trabalho - Turma 01/2020

Inscrições encerradas

20 horas - 150 vagas

Período de realização: 05/05/2020 - 07:00 até 02/06/2020 - 23:45



Reuniões Virtuais e Conferências Web Mconf - HTML 5 (turma 2, turma 3 e lista de espera)

Inscrições encerradas

20 horas - 180 vagas

Período de realização: 13/04/2020 - 08:00 até 10/05/2020 - 23:45



Metodologias Ativas e Tecnologias Digitais para o Trabalho Docente

Inscrições encerradas

80 horas - 50 vagas

Período de realização: 25/05/2020 - 08:00 até 11/09/2020 - 23:45



Inovação e Empreendedorismo na Administração Pública (SUSPENSO TEMPORARIAMENTE)

Inscrições encerradas

20 horas - 30 vagas

Período de realização: 24/03/2020 - 13:30 até 28/04/2020 - 17:30



Agentes Multiplicadores em Prevenção ao Uso, Abuso e Dependência de Álcool e Outras Drogas (CANCELADO)

Inscrições encerradas

90 horas - 40 vagas

Período de realização: 25/03/2020 - 13:30 até 14/10/2020 - 16:30



Reuniões Virtuais e Conferências Web Mconf - HTML 5

Inscrições encerradas

20 horas - 25 vagas

Período de realização: 16/03/2020 - 08:00 até 06/04/2020 - 18:00



Moodle para Atividades de Ensino Remotas - turma para DOCENTES

Inscrições encerradas

30 horas - 250 vagas

Período de realização: 27/07/2020 - 00:00 até 16/08/2020 - 00:00



Mapeamento de Processos no Serviço Público utilizando BPMN - Business Process Modeling Notation (curso on line)

Inscrições encerradas

25 horas - 100 vagas

Período de realização: 06/07/2020 - 08:00 até 27/07/2020 - 00:00



Moodle para Atividades de Ensino Remotas - turma para docentes da GRADUAÇÃO

Inscrições encerradas

30 horas - 100 vagas

Período de realização: 29/06/2020 - 00:00 até 19/07/2020 - 00:00



Moodle para Atividades de Ensino Remotas - turma para docentes da ESEBA

Inscrições encerradas

30 horas - 50 vagas

Período de realização: 29/06/2020 - 00:00 até 19/07/2020 - 00:00



Moodle para Atividades de Ensino Remotas - turma para docentes da ESTES

Inscrições encerradas

30 horas - 50 vagas

Período de realização: 29/06/2020 - 00:00 até 19/07/2020 - 00:00



Reuniões Virtuais e Conferências Web Mconf - HTML 5 - Turma 4 e Turma 5

Inscrições encerradas

20 horas - 90 vagas

Período de realização: 15/06/2020 - 07:00 até 28/06/2020 - 23:45



Microsoft Teams para Docentes no Ensino Remoto

Inscrições encerradas

24 horas - 100 vagas

Período de realização: 21/09/2020 - 18:30 até 05/10/2020 - 20:30



Workshop: Práticas de saúde mental e bem-estar: meditação para iniciantes (ONLINE)

Inscrições encerradas

2 horas - 100 vagas

Período de realização: 09/09/2020 - 14:00 até 15:30



Microsoft Teams para Atividades de Ensino Remotas - Turma MANHA

Inscrições encerradas

24 horas - 100 vagas

Período de realização: 25/08/2020 - 08:00 até 08/09/2020 - 10:00



Microsoft Teams para Atividades de Ensino Remotas - Turma NOITE

Inscrições encerradas

24 horas - 100 vagas

Período de realização: 24/08/2020 - 19:00 até 08/09/2020 - 21:00



Seminário de Integração ao Ambiente de Trabalho - Turma 02/2020

Inscrições encerradas

20 horas - 150 vagas

Período de realização: 24/08/2020 - 08:00 até 20/09/2020 - 23:45



Microsoft Teams para Docente no Ensino Remoto

Inscrições encerradas

24 horas - 200 vagas

Período de realização: 03/08/2020 - 00:00 até 16/08/2020 - 00:00



Live: Organização financeira... necessidade e benefícios

Inscrições encerradas

2 horas - 200 vagas

Período de realização: 31/03/2021 - 16:00 até 18:00



Microsoft Teams para Docentes no Ensino Remoto

Inscrições encerradas

24 horas - 200 vagas

Período de realização: 01/02/2021 - 08:00 até 14/02/2021 - 23:45



Seminário de Integração ao Ambiente de Trabalho - Turma 03/2020

Inscrições encerradas

20 horas - 100 vagas

Período de realização: 03/11/2020 - 08:00 até 30/11/2020 - 23:45



Moodle para Atividades de Ensino Remotas - TECNICOS e DOCENTES

Inscrições encerradas

30 horas - 50 vagas

Período de realização: 03/11/2020 - 08:00 até 23/11/2020 - 08:00



Mapeamento de Processos no Serviço Público utilizando BPMN (CURSO ONLINE) - Turma 2

Inscrições encerradas

35 horas - 100 vagas

Período de realização: 19/10/2020 - 08:00 até 13/11/2020 - 11:00



Reuniões Virtuais e Conferências Web Mconf - HTML 5 - Turma 6

Inscrições encerradas

20 horas - 90 vagas

Período de realização: 21/09/2020 - 07:00 até 05/10/2020 - 23:45



Seminário de Integração ao Ambiente de Trabalho - Turma 01/2021

Inscrições encerradas

20 horas - 150 vagas

Período de realização: 24/05/2021 - 08:00 até 20/06/2021 - 00:45



Workshop: Práticas de saúde mental e bem-estar: como inserir a meditação em sua rotina

Inscrições encerradas

3 horas - 100 vagas

Período de realização: 29/04/2021 - 14:00 até 17:00



Live: Plenitude dos Olhos ... prevenção e cuidados

Inscrições encerradas

2 horas - 200 vagas

Período de realização: 27/04/2021 - 14:00 até 16:00



Aulas Virtuais e Conferências Web Mconf/RNP

Inscrições encerradas

20 horas - 80 vagas

Período de realização: 26/04/2021 - 10:00 até 09/05/2021 - 23:45



Inglês Geral para Iniciantes-nível A2

Inscrições encerradas

42 horas - 25 vagas

Período de realização: 26/04/2021 - 08:00 até 28/07/2021 - 09:30



Comunicação Não-Violenta

Inscrições encerradas

20 horas - 20 vagas

Período de realização: 16/04/2021 - 08:00 até 25/06/2021 - 10:00



Formação de Professores para atuar na EaD

Inscrições encerradas

100 horas - 90 vagas

Período de realização: 31/05/2021 - 14:30 até 08/08/2021 - 23:45



Live: Parar de fumar pode ser mais fácil do que se imagina

Inscrições encerradas

2 horas - 80 vagas

Período de realização: 31/05/2021 - 14:00 até 16:00



Mapeamento de Processos no Serviço Público utilizando BPMN

Inscrições encerradas

35 horas - 100 vagas

Período de realização: 31/05/2021 - 08:00 até 30/06/2021 - 11:00



Produção de Vídeo Aulas com Prezi

Inscrições encerradas

25 horas - 90 vagas

Período de realização: 31/05/2021 - 14:00 até 20/06/2021 - 16:00



Processo de compras na UFU

Inscrições encerradas

30 horas - 30 vagas

Período de realização: 04/06/2021 - 10:00 até 13/08/2021 - 11:30



Live: Saúde e Exercícios Físicos em tempos de COVID

Inscrições encerradas

2 horas - 80 vagas

Período de realização: 26/05/2021 - 16:00 até 18:00



Microsoft Teams para Atividades de Ensino Remoto

Inscrições encerradas

25 horas - 50 vagas

Período de realização: 09/08/2021 - 15:30 até 20/08/2021 - 17:30



Palestra: Peculiaridades do assédio moral no serviço público

Inscrições encerradas

3 horas - 50 vagas

Período de realização: 29/07/2021 - 14:00 até 17:00



Formação para as Coordenações de Extensão

Inscrições encerradas

20 horas - 65 vagas

Período de realização: 19/07/2021 - 14:00 até 16/08/2021 - 17:00



Workshop: Práticas de saúde mental e bem-estar: aprofundando na prática da meditação

Inscrições encerradas

3 horas - 100 vagas

Período de realização: 30/06/2021 - 14:00 até 17:00



Live: Fadiga Pandêmica

Inscrições encerradas

2 horas - 150 vagas

Período de realização: 10/08/2021 - 16:00 até 18:00



Minicurso: SOU GOV! SOU UFU!

Inscrições encerradas

5 horas - 5000 vagas

Período de realização: 14/06/2021 - 08:00 até 18/07/2021 - 23:45



F formação para coordenadores de Graduação

Inscrições encerradas

10 horas - 35 vagas

Período de realização: 27/08/2021 - 08:00 até 20/09/2021 - 10:30



Live: Comunicação não-violenta

Inscrições encerradas

2 horas - vagas

Período de realização: 25/08/2021 - 16:00 até 18:00



Workshop: Yoga – um caminho para uma vida mais leve e equilibrada (para iniciantes)

Inscrições encerradas

3 horas - 100 vagas

Período de realização: 24/08/2021 - 14:00 até 17:00



Seminário de Integração ao Ambiente de Trabalho - Turma 02/2021

Inscrições encerradas

20 horas - 150 vagas

Período de realização: 23/08/2021 - 08:00 até 19/09/2021 - 23:45



C'EST PARTI! - CURSO DE FRANCES PARA INICIANTES

Inscrições encerradas

24 horas - 20 vagas

Período de realização: 18/08/2021 - 15:00 até 15/10/2021 - 16:15



Processo administrativo disciplinar e sindicância (investigativa e disciplinar) na prática

Inscrições encerradas

24 horas - 35 vagas

Período de realização: 17/08/2021 - 14:00 até 16/09/2021 - 17:00



Live: Setembro Amarelo - Empatia e compaixão na prevenção do suicídio

Inscrições encerradas

2 horas - 1000 vagas

Período de realização: 28/09/2021 - 16:00 até 18:00



Live: Práticas Integrativas e Complementares em Saúde /PICS

Inscrições encerradas

2 horas - 100 vagas

Período de realização: 29/09/2021 - 16:00 até 18:00



Introdução ao Linux (NDG Linux Unhatched e NDG Linux Essentials)

Inscrições encerradas

36 horas - 50 vagas

Período de realização: 04/10/2021 - 08:00 até 11/11/2021 - 11:00



Gestão e Fiscalização de Contratos e Aplicação de Penalidades

Inscrições encerradas

20 horas - 40 vagas

Período de realização: 20/09/2021 - 08:00 até 13/10/2021 - 10:00



Comunicação não-violenta (turma NOITE)

Inscrições encerradas

20 horas - 20 vagas

Período de realização: 22/09/2021 - 19:00 até 24/11/2021 - 21:00



Moodle para Atividades de Ensino Remotas

Inscrições encerradas

20 horas - 40 vagas

Período de realização: 20/09/2021 - 08:00 até 10/10/2021 - 17:00



Live: Rede Social... Como está a sua?

Inscrições encerradas

2 horas - 50 vagas

Período de realização: 01/12/2021 - 16:00 até 18:00



Seminário de Integração ao Ambiente de Trabalho - Turma 03/2021

Inscrições encerradas

20 horas - 150 vagas

Período de realização: 08/11/2021 - 08:00 até 05/12/2021 - 18:00



Live: Vivenciar - música, som e ar

Inscrições encerradas

2 horas - 300 vagas

Período de realização: 26/10/2021 - 08:30 até 10:30



A formação de professores e professoras em pauta: o que esperar no pós-pandemia?

Inscrições encerradas

24 horas - 90 vagas

Período de realização: 25/10/2021 - 08:00 até 05/11/2021 - 16:00



Curso Básico de Precificação

Inscrições encerradas

20 horas - 25 vagas

Período de realização: 15/10/2021 - 09:00 até 08/11/2021 - 11:00



Produção de videoaulas utilizando o Prezi

Inscrições encerradas

25 horas - 80 vagas

Período de realização: 13/10/2021 - 08:00 até 10/11/2021 - 23:45



Trabalho em Equipe e Motivação Profissional

Inscrições encerradas

20 horas - 30 vagas

Período de realização: 15/03/2022 - 17:00 até 14/04/2022 - 19:00



Seminário de Integração ao Ambiente de Trabalho - Turma 01/2022

Inscrições encerradas

20 horas - 150 vagas

Período de realização: 07/03/2022 - 08:00 até 03/04/2022 - 23:45



SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE EXTENSAO (SIEX)

Inscrições encerradas

20 horas - 50 vagas

Período de realização: 08/03/2022 - 08:30 até 29/03/2022 - 11:30



Noções básicas sobre a nova lei de licitações e contratos administrativos

Inscrições encerradas

20 horas - 30 vagas

Período de realização: 22/02/2022 - 08:00 até 29/03/2022 - 10:00



Noções básicas de Pacote Office e OneDrive

Inscrições encerradas

21 horas - 50 vagas

Período de realização: 21/02/2022 - 08:00 até 21/03/2022 - 11:00



Workshop: Yoga – vivência prática para lidar com a ansiedade

Inscrições encerradas

2 horas - 100 vagas

Período de realização: 22/02/2022 - 14:00 até 16:30



Gerenciamento de riscos nas contratações públicas

Inscrições encerradas

20 horas - 30 vagas

Período de realização: 10/05/2022 - 08:00 até 09/06/2022 - 10:00



Sistemas de Administração e Controle Acadêmico

Inscrições encerradas

20 horas - 30 vagas

Período de realização: 19/04/2022 - 08:00 até 03/05/2022 - 12:00



Introdução à Edição de Vídeos

Inscrições encerradas

20 horas - 80 vagas

Período de realização: 27/04/2022 - 00:00 até 18/05/2022 - 00:00



Linux Intermediário e Avançado (NDG Linux I e NDG Linux II)

Inscrições encerradas

60 horas - 50 vagas

Período de realização: 18/04/2022 - 08:00 até 30/06/2022 - 11:00



Microsoft Teams para atividades remotas

Inscrições encerradas

24 horas - 50 vagas

Período de realização: 21/03/2022 - 19:00 até 06/04/2022 - 21:00



C'EST PARTI! - Curso de Francês para Iniciantes

Inscrições encerradas

25 horas - 20 vagas

Período de realização: 15/03/2022 - 19:00 até 12/05/2022 - 20:30

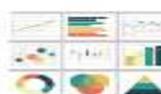


Treinamento SEI

Inscrições encerradas

3 horas - 25 vagas

Período de realização: 09/06/2022 - 09:00 até 12:00



Microsoft Power BI

Inscrições encerradas

24 horas - 20 vagas

Período de realização: 09/06/2022 - 14:00 até 12/07/2022 - 17:00



[GESTORES] Workshop: Avaliação de Desempenho - MANHA

Inscrições encerradas

2 horas - 50 vagas

Período de realização: 01/06/2022 - 09:00 até 11:00



[GESTORES] Workshop: Avaliação de Desempenho - TARDE

Inscrições encerradas

2 horas - 50 vagas

Período de realização: 02/06/2022 - 14:00 até 16:00



Formação para Coordenadores de Pós-graduação

Inscrições encerradas

12 horas - 20 vagas

Período de realização: 31/05/2022 - 08:00 até 09/06/2022 - 11:00



Formação de Professores para atuar na EaD

Inscrições encerradas

100 horas - 30 vagas

Período de realização: 30/05/2022 - 18:30 até 07/08/2022 - 18:30



Inglês Geral para iniciantes

Inscrições encerradas

42 horas - 25 vagas

Período de realização: 09/08/2022 - 08:00 até 24/11/2022 - 09:30



Capacitação de agentes multiplicadores em prevenção ao uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas

Inscrições encerradas

40 horas - 20 vagas

Período de realização: 04/08/2022 - 13:30 até 08/12/2022 - 15:30



Seminário de Integração ao Ambiente de Trabalho - Turma 02/2022

Inscrições encerradas

20 horas - 150 vagas

Período de realização: 01/08/2022 - 08:30 até 28/08/2022 - 23:45



Oficina: Gamificação e jogos no processo de ensino e aprendizagem (TURMA 2)

Inscrições encerradas

4 horas - 30 vagas

Período de realização: 29/07/2022 - 13:30 até 17:30



CONNEXIONS - Curso de Francês para Iniciantes

Inscrições encerradas

21 horas - 20 vagas

Período de realização: 19/07/2022 - 19:00 até 01/09/2022 - 20:30



Oficina: Gamificação e jogos no processo de ensino e aprendizagem

Inscrições encerradas

4 horas - 30 vagas

Período de realização: 29/06/2022 - 13:30 até 17:30



Preparação para a Aposentadoria: Programa Re-construção de um Viver

Inscrições encerradas

80 horas - 15 vagas

Período de realização: 02/09/2022 - 08:00 até 09/12/2022 - 12:00



Gestão e Fiscalização de Contratos e Aplicação de Penalidades

Inscrições encerradas

20 horas - 30 vagas

Período de realização: 30/08/2022 - 08:00 até 29/09/2022 - 10:00



Curso de Língua Espanhola - Nível Básico

Inscrições encerradas

30 horas - 20 vagas

Período de realização: 05/09/2022 - 18:00 até 23/11/2022 - 19:30



Como falar em público: oratória e técnicas de apresentação

Inscrições encerradas

30 horas - 20 vagas

Período de realização: 05/09/2022 - 14:00 até 10/10/2022 - 17:00



Escuta e acolhimento nas situações de violência contra a mulher na UFU

Inscrições encerradas

24 horas - 20 vagas

Período de realização: 01/09/2022 - 08:00 até 13/10/2022 - 11:30



LIVE: Violência contra a mulher: prevenção e proteção das mulheres vítimas da violência (Foco nos Aspectos Legais)

Inscrições encerradas

2 horas - 1000 vagas

Período de realização: 16/08/2022 - 14:00 até 16:00



Moodle 4.0: Principais funcionalidades (Turma manhã)

Inscrições encerradas

8 horas - 25 vagas

Período de realização: 24/10/2022 - 09:00 até 26/10/2022 - 12:00



Moodle 4.0: Principais funcionalidades (Turma tarde)

Inscrições encerradas

8 horas - 25 vagas

Período de realização: 25/10/2022 - 14:00 até 27/10/2022 - 17:00



Live: Câncer de mama: boas práticas na prevenção e medidas eficazes no tratamento

Inscrições encerradas

2 horas - 1000 vagas

Período de realização: 18/10/2022 - 16:00 até 18:00



Racismo Estrutural para as Relações Etnicorraciais

Inscrições encerradas

10 horas - 25 vagas

Período de realização: 20/10/2022 - 14:00 até 03/11/2022 - 16:00



Live - Mês de prevenção ao suicídio: Regulação emocional e prevenção ao estresse como forma de cuidado em saúde mental

Inscrições encerradas

2 horas - 1000 vagas

Período de realização: 29/09/2022 - 17:00 até 19:00



Gerenciamento de Riscos e Mapeamento de Processos no Serviço Público utilizando BPMN

Inscrições encerradas

30 horas - 100 vagas

Período de realização: 19/09/2022 - 08:00 até 26/10/2022 - 10:00



Workshop: Comunicação não-violenta e mediação de conflitos

Inscrições encerradas

8 horas - 30 vagas

Período de realização: 30/11/2022 - 13:00 até 06/12/2022 - 17:00



Promoção de saúde mental e prevenção do suicídio

Inscrições encerradas

16 horas - 30 vagas

Período de realização: 22/11/2022 - 08:00 até 23/11/2022 - 18:00



Live Câncer de Próstata: Medidas preventivas e tratamentos eficazes

Inscrições encerradas

2 horas - 100 vagas

Período de realização: 09/11/2022 - 17:00 até 19:00



Oficina: Comunicação não-violenta e Feedback

Inscrições encerradas

6 horas - 20 vagas

Período de realização: 10/11/2022 - 14:00 até 17/11/2022 - 17:00



Formação de Tutores para atuar na Educação a Distância

Inscrições encerradas

60 horas - 30 vagas

Período de realização: 01/11/2022 - 19:00 até 11/12/2022 - 21:00



Seminário de Integração ao Ambiente de Trabalho - Turma 03/2022

Inscrições encerradas

20 horas - 150 vagas

Período de realização: 07/11/2022 - 08:00 até 04/12/2022 - 23:45



Diversidades Humanas no Contexto Universitário

Inscrições encerradas

20 horas - 20 vagas

Período de realização: 06/03/2023 - 09:00 até 05/04/2023 - 11:00



Curso básico de Libras

Inscrições encerradas

30 horas - 20 vagas

Período de realização: 16/02/2023 - 14:00 até 11/04/2023 - 16:00



Francês para Iniciantes - C'est parti!

Inscrições encerradas

30 horas - 20 vagas

Período de realização: 14/02/2023 - 16:00 até 25/04/2023 - 17:30



Workshop - Técnicas para controle da ansiedade

Inscrições encerradas

3 horas - 20 vagas

Período de realização: 31/01/2023 - 14:00 até 17:00



Live: Teremos teletrabalho? Como está a implantação do Programa de Gestão e Desempenho na UFU.

Inscrições encerradas

2 horas - 120 vagas

Período de realização: 07/12/2022 - 15:00 até 17:00



Oficina de Inovação

Inscrições encerradas

3 horas - 20 vagas

Período de realização: 08/12/2022 - 14:00 até 17:00



Gestão de Conflitos

Inscrições encerradas

21 horas - 20 vagas

Período de realização: 17/04/2023 - 13:30 até 08/05/2023 - 17:00



Capacitação de Agentes Multiplicadores em Prevenção ao uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas

Inscrições encerradas

60 horas - 20 vagas

Período de realização: 13/04/2023 - 13:30 até 23/11/2023 - 15:30

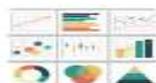


Preparação para a Aposentadoria - Programa Re-construção de um Viver

Inscrições encerradas

60 horas - 20 vagas

Período de realização: 12/04/2023 - 08:00 até 05/07/2023 - 12:00



Microsoft Power BI - Presencial

Inscrições encerradas

24 horas - 23 vagas

Período de realização: 21/03/2023 - 14:00 até 13/04/2023 - 17:00



Inglês Instrumental

Inscrições encerradas

30 horas - 25 vagas

Período de realização: 21/03/2023 - 08:00 até 25/05/2023 - 09:30



Treinamento SEI: Noções Básicas

Inscrições encerradas

7 horas - 30 vagas

Período de realização: 16/03/2023 - 08:00 até 17:00



Capacitação em Microsoft Power BI

Inscrições encerradas

24 horas - 23 vagas

Período de realização: 23/05/2023 - 14:00 até 20/06/2023 - 17:00



Docência Universitária: (Re) inventando a Prática Pedagógica

Inscrições encerradas

24 horas - 25 vagas

Período de realização: 16/05/2023 - 18:00 até 04/07/2023 - 21:00



(RE)inventando a prática pedagógica

Inscrições encerradas

30 horas - 30 vagas

Período de realização: 02/05/2023 - 14:30 até 04/07/2023 - 17:30



Práticas corporais chinesas para bem-estar e saúde integral

Inscrições encerradas

2 horas - 30 vagas

Período de realização: 28/04/2023 - 14:30 até 17:00



Fisioterapia na Saúde do Servidor

Inscrições encerradas

2 horas - 30 vagas

Período de realização: 27/04/2023 - 15:00 até 17:00



Comunicação Não-violenta

Inscrições encerradas

21 horas - 20 vagas

Período de realização: 28/04/2023 - 14:00 até 16/06/2023 - 17:00



Treinamento SEI: Noções Básicas - Campus Umuarama

Inscrições encerradas

8 horas - 20 vagas

Período de realização: 01/08/2023 - 08:00 até 08/08/2023 - 12:00



Primeiros Socorros

Inscrições encerradas

8 horas - 30 vagas

Período de realização: 21/07/2023 - 13:30 até 28/07/2023 - 17:30



Agentes multiplicadores para prevenção ao uso de drogas

Inscrições encerradas

40 horas - 20 vagas

Período de realização: 06/07/2023 - 13:30 até 07/12/2023 - 15:30



Bem-estar com Yoga

Inscrições encerradas

2 horas - 40 vagas

Período de realização: 22/08/2023 - 14:00 até 16:00



Escuta Ativa e Comunicação Assertiva

Inscrições encerradas

30 horas - 25 vagas

Período de realização: 29/05/2023 - 13:30 até 28/06/2023 - 16:30



Inteligência Emocional (remoto)

Inscrições encerradas

20 horas - 40 vagas

Período de realização: 30/05/2023 - 14:00 até 04/07/2023 - 16:00



Comunicação não-violenta – Umuarama

Inscrições encerradas

21 horas - 20 vagas

Período de realização: 15/09/2023 - 14:00 até 27/10/2023 - 17:00



Investimentos para iniciantes - Online

Inscrições encerradas

9 horas - 35 vagas

Período de realização: 13/09/2023 - 08:30 até 27/09/2023 - 11:30



Principais Alterações da Lei nº 14.133/21: Ênfase na fase preparatória e seleção do fornecedor - Online

Inscrições encerradas

24 horas - 40 vagas

Período de realização: 04/09/2023 - 13:00 até 13/09/2023 - 17:00



Curso Online de Inglês Instrumental

Inscrições encerradas

30 horas - 25 vagas

Período de realização: 17/08/2023 - 08:00 até 07/11/2023 - 09:30



Educação Financeira e Bem-Estar

Inscrições encerradas

12 horas - 35 vagas

Período de realização: 09/08/2022 - 08:30 até 30/08/2023 - 11:30



Prevenção ao Assédio Moral e Sexual no Contexto das IFES

Inscrições encerradas

3 horas - 60 vagas

Período de realização: 31/07/2023 - 14:00 até 17:00



Microsoft Excel - Nível Avançado

Inscrições encerradas

24 horas - 25 vagas

Período de realização: 24/10/2023 - 13:30 até 21/11/2023 - 16:30



Educação Financeira com Milhas

Inscrições encerradas

6 horas - 40 vagas

Período de realização: 25/10/2023 - 08:00 até 01/11/2023 - 11:00



Gerenciamento de Riscos e Mapeamento de Processos no Serviço Público utilizando BPMN

Inscrições encerradas

26 horas - 30 vagas

Período de realização: 16/10/2023 - 08:00 até 20/11/2023 - 10:00



A arte de se cuidar – Empodere-se nas cores que te reluzem

Inscrições encerradas

3 horas - 25 vagas

Período de realização: 17/10/2023 - 08:30 até 11:30



Direitos e Deveres do Servidor Público Federal

Inscrições encerradas

20 horas - 30 vagas

Período de realização: 25/09/2023 - 14:00 até 18/10/2023 - 16:30

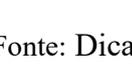


Como Falar em Público - Técnicas de Apresentação

Inscrições encerradas

30 horas - 20 vagas

Período de realização: 12/09/2023 - 13:30 até 17/10/2023 - 16:30

	<p>Workshop Mulheres em ação: Prevenção e noções práticas de segurança - MONTE CARMELO</p> <p>Inscrições encerradas</p> <p>2 horas - 50 vagas</p> <p>Período de realização: 26/10/2023 - 13:30 até 15:30</p>
	<p>Oficina de Alimentação Viva</p> <p>Inscrições encerradas</p> <p>3 horas - 50 vagas</p> <p>Período de realização: 25/10/2023 - 14:00 até 17:00</p>
	<p>Workshop Mulheres em ação: Prevenção e noções práticas de segurança - UBERLÂNDIA</p> <p>Inscrições encerradas</p> <p>2 horas - 100 vagas</p> <p>Período de realização: 24/10/2023 - 13:30 até 15:30</p>
	<p>Workshop Mulheres em ação: Prevenção e noções práticas de segurança - PATOS DE MINAS</p> <p>Inscrições encerradas</p> <p>2 horas - 30 vagas</p> <p>Período de realização: 23/10/2023 - 13:30 até 15:30</p>
	<p>Caminhada Ecológica - Campus Glória</p> <p>Inscrições encerradas</p> <p>3 horas - 100 vagas</p> <p>Período de realização: 21/10/2023 - 08:00 até 11:00</p>
	<p>Treinamento Básico em Primeiros Socorros</p> <p>Inscrições encerradas</p> <p>8 horas - 30 vagas</p> <p>Período de realização: 30/10/2023 - 08:30 até 17:00</p>
	<p>Bem-estar com Yoga</p> <p>Inscrições encerradas</p> <p>2 horas - 30 vagas</p> <p>Período de realização: 07/12/2023 - 14:00 até 16:00</p>
	<p>Capacitação em Governança Pública, Gestão de Riscos e Controles Internos</p> <p>Inscrições encerradas</p> <p>6 horas - 40 vagas</p> <p>Período de realização: 30/11/2023 - 08:30 até 07/12/2023 - 11:30</p>
	<p>A Ciência da FELICIDADE</p> <p>Inscrições encerradas</p> <p>20 horas - 30 vagas</p> <p>Período de realização: 21/11/2023 - 08:00 até 29/11/2023 - 12:00</p>
	<p>Workshop de Mindfulness (Remoto)</p> <p>Inscrições encerradas</p> <p>5 horas - 40 vagas</p> <p>Período de realização: 14/11/2023 - 14:00 até 21/11/2023 - 16:30</p>
	<p>Segurança Digital</p> <p>Inscrições encerradas</p> <p>9 horas - 30 vagas</p> <p>Período de realização: 30/10/2023 - 08:30 até 20/11/2023 - 10:00</p>
	<p>Workshop Mulheres em ação: Prevenção e noções práticas de segurança - PONTAL</p> <p>Inscrições encerradas</p> <p>2 horas - 50 vagas</p> <p>Período de realização: 26/10/2023 - 13:30 até 15:30</p>

Fonte: Dicap (2023).

APÊNDICE A - Questionário de pesquisa

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA “Educação, Tecnologia e Comunicação: articulações entre saberes e estudo do impacto das estratégias pedagógicas e midiáticas utilizadas pela UFU durante o período de aulas remotas”.

Este questionário tem por objetivo coletar e analisar informações referentes às práticas e adequações pedagógicas voltadas para estudantes com deficiência em cursos de graduação da Universidade Federal de Uberlândia.

- 1) Nome completo.
- 2) Formação acadêmica.
- 3) Situação funcional: substituto ou permanente?
- 4) Qual(is) curso(s) você ministra aulas?
- 5) Há quanto tempo (anos ou meses) o(a) sr(a) exerce a função de docente no Ensino Superior?
- 6) Qual o seu conhecimento sobre a Educação Especial? () Muito () Razoável () Pouco
- 7) Possui algum curso referente à educação de estudantes com deficiência? Se sim, qual?
- 8) O(A) sr(a) possui interesse em aprofundar seu conhecimento sobre a educação de estudantes com deficiência? () Sim () Não
- 9) Sobre seu estudante com deficiência, utilizou adequações pedagógicas e avaliativas, recursos tecnológicos e outros no processo de ensino e aprendizagem dele(a)? Se sim, qual(is)?
- 10) Qual foi a sua maior dificuldade, como docente, no processo de ensino e aprendizagem do estudante com deficiência?
- 11) O(A) sr(a) identificou alguma dificuldade enfrentada pelo estudante neste período de aulas remotas? Se sim, qual(is)?
- 12) O(A) sr(a) acredita que o(a) estudante, em questão, obteve um bom aproveitamento em relação ao processo de ensino e aprendizagem, envolvimento e dedicação em sua disciplina? Por quê?
- 13) A UFU disponibilizou algum recurso de acessibilidade para auxiliá-lo(a) no processo de ensino e aprendizagem de seu estudante com deficiência?
- 14) Caso sinta-se à vontade, deixe sugestões e/ou críticas acerca da acessibilidade, no processo do ensino e aprendizagem, para estudantes com deficiência da Universidade Federal de Uberlândia.